

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**De Capturadas a Desaparecidas: Mulheres Indígenas em Fontes da
Burocracia Espanhola (séc. XVIII)**

Laura Oeste

Porto Alegre, 2016

De Capturadas a Desaparecidas: Mulheres Indígenas em Fontes da Burocracia Espanhola (séc. XVIII)

Laura Oeste

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do grau de licenciada em História.

Banca examinadora

Prof.a Dra. Natalia Pietra Mendez (UFRGS)

Drda.. Karina Melo (UNICAMP)

Prof. Dr. Eduardo Santos Neumann (UFRGS)- orientador

Porto Alegre, 2016

Agradecimentos

Primeiramente, gostaria de agradecer às pessoas que mais tiveram paciência e acreditaram em mim ao longo de tantos anos indecisos pulando de curso em curso até parar na história, meus pais. Aos meus amigos e colegas pelas correções, sugestões e parcerias nos momentos de “drama” da graduação.

Gostaria de agradecer ao Prof. Eduardo Neumann pela oportunidade como bolsista de iniciação científica, o que me possibilitou pensar nessa monografia e por aceitar orientar este trabalho. À Prof.a.Natalia Pietra pelas dicas de bibliografia e por aceitar participar da banca. À Prof.a. Regina Weber pela bolsa de monitoria. À Drda.Karina Melo por aceitar participar da banca.

Resumo

Os trabalhos que envolvem as mulheres indígenas no período do séc XVIII remetem, em grande parte, à análise de fontes jesuíticas ou relatos de viagem. Em outras fontes há um grande silenciamento da sua presença, quase sempre aparecendo, de forma pontual e sem grandes aprofundamentos. Sendo assim, o objetivo deste trabalho foi evidenciar o contexto e as motivações da presença de mulheres indígenas na documentação administrativa da coroa espanhola na segunda metade do Setecentos na região platina. Como fontes, serão utilizadas as atas presentes no Cabildo de Buenos Aires. Mesmo nessas fontes as indígenas têm alguma ligação com os jesuítas devido à forma reservada ao feminino no pensamento cristão que permeia o período. Portanto, o enfoque é explorar os outros espaços em que essas mulheres circulavam. Ciente das limitações, visou-se evidenciar como elas eram apresentadas e os lugares que ocupavam, buscando uma continuidade na sua existência além do contexto missionário. A região platina foi escolhida como recorte regional justamente por ser um ambiente fluido e palco de diversos acordos/alianças com as populações indígenas.

Palavras chave: mulheres indígenas, silenciamento, região platina, Cabildo de Buenos Aires.

Resumen

Los trabajos que implican las mujeres en el período refieren se en gran parte al análisis de las fuentes jesuíticas o de viajes. En otras fuentes hay un gran silenciamiento de su presencia, lo cual aparece casi siempre de una manera oportuna y sin grandes aclaraciones. Por lo tanto, el objetivo principal de este trabajo es mostrar el contexto y las motivaciones de la presencia de las mujeres indígenas en la documentación administrativa de la corona española en la segunda mitad del XVIII en región del Plata. El presente texto se trabajará en Acuerdos del Cabildo de Buenos Aires. Incluso en estas estas fuentes, las indígenas tienen alguna relación con los jesuitas debido a la forma reservada o femenino en el pensamiento cristiano que impregna el período. El objetivo es explorar otras áreas en las que circulaban estas mujeres. Consciente de las limitaciones, el propósito es mostrar la forma en la que se han presentado y los lugares que han ocupados, bien como la búsqueda de una continuidad de su existencia más allá del contexto misionero. La región de la frontera entre las coronas fue elegida como nivel regional, precisamente porque es un entorno fluido de y acuerdos / alianzas con los pueblos indígenas.

Palabras clave: Mujeres indígenas, silenciamiento, región del Plata, Cabildo de Buenos Aires

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 - A MULHER INDÍGENA: BREVE REVISÃO	14
2 - MULHERES INDÍGENAS NO CABILDO	18
2.1 - Região platina: fronteira, conflitos e acordos	18
2.2 - Conflito e prisioneiros em Lujan	21
2.3 - O aprisionamento de mulheres e o trabalho doméstico	24
2.4 - Memorial	27
3 - O SILENCIAMENTO NAS ATAS DO SÉC. XVIII	30
3.1 - <i>Chinaz</i> e famílias	31
3.2 - “ <i>Unaz Mujerez de el Pago de la Matansa</i> ”	35
3.3 - A omissão da etnia	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS	
Fontes	44
Bibliografia	44
ANEXO I: Grupos étnicos por região	48
ANEXO II: Mapa das localidades citadas na região platina	49

INTRODUÇÃO

Em meu trabalho como bolsista de iniciação científica, ao buscar nas atas do Cabildo de Buenos Aires entre os anos de 1670 a 1750 informações sobre os grupos indígenas e suas relações com a Colônia de Sacramento, deparei-me com um conjunto de documentos onde apareciam mulheres indígenas indicadas no sumário. Era o único tomo da coleção em que elas estavam destacadas dessa forma. Quando procurei pesquisas relativas a essas indígenas me deparei com uma grande quantidade de materiais relativos ao contexto missioneiro e quase nada sobre a região platina.

Usualmente, as mulheres estão mais presentes nos escritos produzidos pelos jesuítas e cronistas coloniais. Em fontes da burocracia espanhola, como os cabildos, as mulheres são raras, tanto mais as indígenas. Diante disso, pergunto-me como essas indígenas aparecem em documentos não produzidos pelos inicianos.

Foi por meio da escrita e dispositivos de poderes diversos que os agentes colonizadores traduziram as suas tentativas de conquista e dominação. Desta forma, nas atas eram impressas as concepções sociais, políticas e culturais esperadas dos grupos indígenas (BOCCARA, 2001). Devido a isso, torna-se útil buscar as fontes administrativas para analisar a indígena fora do contexto missioneiro, esse caracterizado por um interesse específico em representar o feminino dentro do padrão cristão. O discurso utilizado é semelhante ao inaciano, porém, ele possui objetivos diferentes que tornam essas fontes uma outra forma de enxergar a mulher nesses espaços.

Desvincular essas mulheres do pensamento construído pelas instituições e sujeitos cristãos é praticamente impossível. Porém, tentei neste trabalho explorar o material produzido pela administração espanhola não diretamente jesuítica. Mesmo nessas fontes, as indígenas têm alguma ligação com eles, devido ao lugar reservado ao feminino no pensamento cristão que permeia as fontes do período. Portanto, o enfoque desta escrita foi o de explorar os outros espaços em que essas mulheres circulavam.

O presente trabalho é focado nas atas presentes nos *Acuerdos* do Cabildo de Buenos Aires entre os anos de 1745 a 1756. Nesses anos, é possível acompanhar alguns grupos de mulheres que viviam próximos às localidades de Lujan e Pago de la Matanza, nas imediações de Buenos Aires.

O Setecentos foi um período de contínuas transformações, principalmente na fronteira sul entre portugueses e espanhóis. O território era formado pelas áreas interligadas entre o rio da Prata, a Banda Oriental (hoje atuais Uruguai e Rio Grande do Sul) e a região entre os rios Paraná e Uruguai. Essa macro-região era extremamente disputada e se caracterizava por algumas semelhanças ambientais, potenciais econômicos e grupos indígenas diversos, porém mantinham diversas diferenças internas significativas (LOCKHART; SCHWARTZ, 2010).

Foi a partir do séc. XVIII que a região platina aumentou sua importância econômica e Buenos Aires transformou-se no principal apoio na defesa contra portugueses, ingleses e grupos indígenas não reduzidos na região e também uma das cidades economicamente mais importantes da América espanhola. A localidade era socialmente dominada por comerciantes que exerciam importantes cargos no Cabildo e na burocracia. Nos arredores, a região vivia uma economia basicamente agrária e em crescimento, juntamente com a população local (FRADKIN, GARAVAGLIA, 2009). Do ponto de vista econômico a região platina estava profundamente ligada às regiões circundantes:

Durante la segunda mitad del siglo XVIII, se acelera un proceso que venía esbozándose desde al menos medio siglo atrás. El crecimiento del tándem Buenos Aires- Montivideo como mercado más relevante del espacio rioplatense se consolida. La paulatina integración de la economía pecuaria con el Atlántico se acentúa. esto tiene como resultado una orientación hacia el mercado mundial cada vez más evidente, pese a que la continuidad del tráfico mular con el Alto Perú y el Perú presenta siempre la otra cara de la moneda de la producción pecuaria. [...] las relaciones con Potosí seguirán ocupando un lugar central en la trama de flujos económicos y financieros de todo este espacio (FRADKIN, GARAVAGLIA, 2009, p.87).

O desenvolvimento da sociedade portenha foi favorecido por diversos fatores, entre eles, a influência de contrabandistas franceses, ingleses e portugueses. Esse processo possibilitou o aumento no comércio de mercadorias com o interior, como por exemplo, a comercialização de couros e a entrada da prata de Potosí (GUTFREIND; REICHEL, 1996, p. 88).

Nesse contexto, existiam diversos conflitos entre camponeses e proprietários com grupos indígenas na disputa pelo manejo das terras férteis. (FRADKIN, GARAVAGLIA, 2009, p.87). Esse ambiente fluido era palco de diversos acordos/alianças com as populações indígenas locais.

Em relação às fontes utilizadas, de forma geral, o material formado pelas atas possui uma organização dinâmica possibilitando acompanhar o início e desfecho dos casos em suas atas e ainda encontram-se informes e memoriais com caráter mais informal. O Cabildo tratava

das questões referentes ao governo político local da cidade e da jurisdição rural do entorno. Era integrado por habitantes que possuíam bens urbanos e estavam nos registos locais. A sua atuação era baseada nos costumes e regulamentos ratificados, juntamente com algumas normas fragmentadas. Nos livros de *acuerdos* encontram-se deliberações e acordos das sessões que englobam temas desde a vida social, econômica, cultural e política (AGN, 2011, p..75-89).

Sobre a historiografia da região platina, inicialmente esta se interessou apenas no sujeito branco, ignorando as contribuições econômicas, sociais e culturais das populações mestiças, fragmentado a história local em delimitações geopolíticas precisas, valorizando apenas aquelas relativas às suas histórias nacionais. (GUTFREIND; REICHEL, 1996, p.17). Esse processo dividiu a análise da região e a prendeu aos limites territoriais traçados durante o final do séc. XIX (WILDE, 2003, p. 106).

Em relação aos povos indígenas, durante o séc. XIX houve a elaboração de uma "mitografia fundacional" no Brasil que influenciou a historiografia e o pensamento social. Esse panorama dificultou o entendimento da permanência de grupos indígenas atuais (MONTEIRO, 1999. p. 238). O cenário sobre a produção histórica transformou-se e hoje existem trabalhos que exploram o indígena como sujeito capaz de interagir e resistir às adversidades. Garcia (2009; 2011) e Boccara (2001) em seus estudos exploram esse lado e utilizam a interdisciplinaridade como forma de interpretação.

Monteiro (1999) ao problematizar a redução das populações indígenas em vítimas passivas, defende múltiplos processos de reelaboração de identidades por meio do contato com os agentes coloniais. Há um grande interesse em buscar as estratégias e vivências indígenas nas fontes, vontade traduzida no que o autor chama de nova história indígena. Essas perspectivas conversam com outras visões nativas como a busca em registros orais, entre outros, diferentes das investigações comuns que povoaram a historiografia.

Inicialmente, a etno história era caracterizada como a história de povos ágrafos contada por outros povos. Com o tempo, o conceito incorporou elementos diversos de outras disciplinas buscando responder às necessidades e interesses do objeto de pesquisa (ROJAS, 2015). Sendo assim, as populações indígenas possuem características dinâmicas, políticas e culturais, que destroem a ideia de povos passivos e de poucas transformações. A etnogênese e

a mestiçagem romperam com a etno história tradicional, buscando um diálogo entre o historiador e o antropólogo (BOCCARA,2001). Nesse sentido, quando existem poucos trabalhos sobre o objeto de estudo, é necessário buscar referenciais em outras pesquisas com categorias de análises semelhantes, mesmo que tenham recorte de tempo ou lugar diferentes. Deve-se estar ciente dos limites e perigos que essa estratégia oferece ao usar algo de forma distinta a que foi pensada (ROJAS,2015).

Dessa forma, entende-se que os grupos indígenas são produtos e sujeitos que desenvolveram estratégias de resistência e adaptação presentes antes mesmo da conquista. Estes possibilitaram o surgimento de processos de mestiçagem. O significado de ser indígena em um determinado tempo histórico interage com dinâmicas culturais e de identidades que lidam com a classificação de diferentes grupos (BOCCARA, 2001).

Sobre a leitura de fontes, Blanco (2000) critica a historiografia que faz interpretações, intencionais ou não, legitimadoras de processos de conquista. É necessária uma análise documental para detectar o etnocentrismo e racismo da sociedade dominante que produziu o documento, assim atentando para os contextos e sujeitos desse discurso. Para o autor conceitos antropológicos e históricos são úteis no ponto de vista social e econômico para compreender resistências de populações locais. Dessa forma, as fontes devem passar por uma fundamentada interpretação, revelando as intenções dos autores, suas contradições e imaginários construídos nas representações sobre os indígenas.

Inicialmente, os trabalhos tiveram como fontes documentos oficiais do governo e acabaram por ignorar outros formatos, como a história oral, literatura e documentos “fora do padrão” (BLANCO,2000). As mulheres não foram o alvo de pesquisa desses historiadores e muitos dos trabalhos atuais partiram direto para outros formatos de fontes. Existem pesquisas que abordam a temática feminina em fontes administrativas, porém são recortes dentro de um tema maior. Sobre as mulheres como objeto de pesquisa, a historiadora Gomez (2002) faz uma interessante observação:

‘La historiografía positivista, que tuvo gran importancia en el desarrollo de la historia como “profesión”, virtualmente expulsó a las mujeres, junto con la vida cotidiana en general. Este paso retrógrado tuvo muchas razones fácticas y epistemológicas. La profesión del historiador es una profesión de hombres que escriben la historia de hombres. Los campos que cubren, son la historia política siempre en primer plano, son los de acción y el poder masculino. Si se vuelven a la “civilización” o después a la “mentalidad”, hablan del “hombre” genérico. Además, los materiales que emplean - registros diplomáticos o administrativos, documentos parlamentarios o periódicos - son elaborados por hombres que monopolizan la palabra escrita, así como los asuntos públicos. Las mujeres que han logrado fama -

por piedad o el escândalo - aportan material a las crónicas de la historia “menor” tema de anécdotas, pero nada más (GOMEZ, 2002, p.377).

Mas, o que é ser uma mulher indígena nesse contexto? Os agentes colonizadores tentaram impor as suas próprias realidades sociais, políticas e culturais, visíveis nas tentativas de determinar os espaços geográficos de nações e fronteiras. Para escapar ao etnocentrismo, a historiografia fez uma releitura da história dos contatos entre invasores e nativos, tendo em vista as estratégias desenvolvidas pelos indígenas em uma nova noção de fronteira (BOCCARA, 2001, p.2). Essas concepções também foram aplicadas ao comportamento feminino que tentou enquadrar a mulher indígena em uma imagem cristã/européia.

Em algumas fontes analisadas, as referências relativas às mulheres indígenas operam dentro de uma categoria familiar, forma que contribuiu para silenciar a presença feminina. Desse modo, escrever uma análise crítica da história das mulheres está relacionado com uma reformulação das categorias utilizadas, entendendo-se que as relações entre os sexos são construções sociais. Estas foram desenvolvidas de maneiras desiguais e como produto de um mecanismo social. Isso não significa a divisão de uma história das mulheres dentro da história geral, apenas o entendimento das relações de gênero como entidades sociais, políticas e culturais (GUARDIA, 2002, p.366).

Portanto, para compreender correlações entre o familiar e o feminino, é útil buscar o conceito de gênero como categoria de análise desenvolvido por Scott (1992) no qual são definidos os papéis específicos com suas relações sociais de oposição entre masculino e feminino, também adicionadas as diferenças de classe, raça e etnia produzidas nas experiências históricas das mulheres. Esse conceito também propicia uma compreensão da influência e criação de padrões de comportamentos distintos para homens e mulheres, ditando aos indivíduos sua atuação em função de seu sexo. Como categorias, elas não são estáticas e transformam-se, variando conforme o seu momento histórico, estando sujeitas às necessidades hierárquicas, sociais e culturais (GOMEZ, 2002).

Em relação às dificuldades de escrever uma história das mulheres indígenas dentro do contexto colonial, Martín (2004) expõe as muitas divergências conceituais presentes na história das mulheres ou do gênero e a historiografia:

Tensiones que [...] señalan al trabajo interdisciplinar y las necesarias reformulaciones que su ejercicio está requiriendo. ya que, si ciertamente los enfoques múltiples han enriquecido y revalorizado la disciplina histórica, no lo es menos que esta acusa cierta seducción por metodologías improprias que lejos de ser asimiladas o fundidas en su propia práctica han llegado [...] a sustituirla. [...] En este

sentido, nos encontramos ante una parte de trabajos que reclamándose históricos son más bien dignas etnografías, estudios psicológicos o análisis literários. De ahí que la cuestión a resolver esté en continuar ampliando el marco de las nuevas interpretaciones sin perder la jerarquía de lo histórico. Una proposición que, lejos de pretender cualquier definición de esa jerarquía, rate de ser un acicate para la reflexión abierta en torno al necesario consenso sobre los nuevos paradigmas de la historia. (DIEZ MARTIN, 2004, p. 218).

A autora acredita que um possível caminho, seria buscar um equilíbrio na etno história, com as suas interações entre a história e a antropologia, ciente dos limites e suas complicitades (DIEZ MARTIN, 2004). No mesmo caminho, a historiadora Bouvier (2002) traz uma análise da historiografia sobre a mulher no período colonial em toda a região ibérica. A partir dos anos 80 houve um aumento nas publicações sobre a mulher latino americana devido a uma maior receptividade da história social com ênfase em grupos marginalizados (os estudos subalternos) e da análise de gênero. Essa mudança também trouxe a emergência da interdisciplinaridade para abraçar a complexidade do objeto de estudo que envolve estruturas de desigualdade, essas mantendo hierarquias de gênero. Esses aportes teóricos são importantes para superar a generalização feita usualmente sobre a mulher colonial, principalmente a indígena.

A metodologia utilizada para a leitura das fontes é a micro-história. A proposta central no pensamento sobre a micro-história de Ginzburg e Poni possuía um interesse pelas classes subalternas urbanas e camponesas. Essas não haviam deixado registros diretos, nenhum documento escrito ou recursos/fontes usuais da pesquisa histórica. Portanto, era necessário buscar suas marcas residuais, sejam elas traços da cultura material, “indícios indiretos que fontes seriais produziam sobre o seu comportamento demográfico e econômico, sejam os seus discursos *traduzidos* nas fontes criminais e inquisitoriais. Os limites da indagação [...] reforçavam [...] a aproximação com a antropologia” (ESPADA LIMA, 2006 p.95-96). Levi define (ou não) a micro-história:

é essencialmente uma prática historiográfica em que suas referências teóricas são variadas e, em certo sentido, ecléticas. O método está de fato relacionado em primeiro lugar, e antes de mais nada, aos procedimentos reais detalhados que constituem o trabalho do historiador, e assim, a micro-história não pode ser definida em relação às micro dimensões de seu projeto de estudo. [...] Na verdade, muitos historiadores que aderem à micro-história têm-se envolvido em contínuos intercâmbios com as ciências sociais e estabelecido teorias historiográficas sem, contudo, sentir qualquer necessidade de se referirem a qualquer sistema coerente de conceitos ou princípios próprios. A micro-história, assim como todo trabalho experimental, não tem um corpo de ortodoxia estabelecida para dele servir. [...]’ (LEVI, 1992, p. 133-134).

e ainda:

A abordagem micro histórica dedica-se ao problema de como obtemos acesso ao conhecimento do passado, através de vários indícios, sinais e sintomas. Esse é um procedimento que torna o particular como seu ponto de partida (um particular que com frequência é altamente específico e individual, seria impossível descrever como um caso típico) e prossegue, identificando seu significado à luz de seu próprio contexto específico (LEVI, 1992, p.154.).

Sendo assim, o método da micro-história propõe reformular procedimentos e perspectivas da história social. A redução de escala por meio de indivíduos e grupos e sua rigorosa contextualização do objeto, como uma forma de atingir o mais amplo, um entendimento do todo. “O estudo do pequeno, do pontual, do acidental, do biográfico” ajudando a perceber elementos despercebidos (PETERSEN, 2013, p.190).

Em suma, existem diversas pesquisas sobre a região platina, poucas sobre suas populações indígenas e quase nenhuma sobre a mulher. Sobre as indígenas, as análises se concentram nas relações com os jesuítas, o que deixou uma lacuna em relação aos outros lugares de circulação dessas mulheres. Em relação ao período analisado, o séc. XVIII é mais pesquisado a partir da década de 1760, momento em que se intensificaram medidas modernizantes por parte da monarquia hispânica através das reformas borbônicas. Os anos anteriores carecem de estudos. Assim sendo, este trabalho se justifica como uma forma de explorar um espaço pouco abordado pela historiografia e evidenciar as mulheres indígenas como sujeitos além das influências missionárias.

O primeiro capítulo apresenta uma breve revisão bibliográfica da mulher indígena no período colonial. No segundo, primeiramente, é feita uma contextualização da região platina. Após, apresenta-se a narrativa de um conflito no qual ocorreu a captura de mulheres indígenas. A partir do desfecho da contenda, é abordado os possíveis lugares da indígena na *misiones* e na sociedade colonial, desde seu aprisionamento ao trabalho doméstico. Finalmente, analisa-se um memorial apresentado por um jesuíta em uma das atas do cabildo. No último capítulo, busquei analisar o silêncio documental e como as mulheres mantiveram-se presentes nos anos seguintes.

1 - A MULHER INDÍGENA: BREVE REVISÃO

Os trabalhos que envolvem as mulheres no período colonial remetem, em grande parte, à análise de fontes jesuíticas ou relatos de viagem, estes últimos geralmente focados nos anos iniciais da conquista. Nas pesquisas realizadas em outras fontes, há um grande silenciamento da sua presença, quase sempre aparecendo de forma pontual e sem grandes aprofundamentos, como um capítulo dentro de um tema maior. Visando trabalhos sobre as mulheres indígenas na região de fronteira/platina buscou-se pesquisas mais abrangentes que envolvem a América espanhola e portuguesa, assim como, investigações locais.

No livro *História das Mulheres no Brasil* (2004) há apenas um capítulo que aborda especificamente a existência de mulheres indígenas. Intitulado "Eva Tupinambá" ele explora os relatos e gravuras de viajantes nos séc. XVI e XVII e seus estranhamentos com os nativos do litoral. Entre os relatos estão o de Jean de Léry e Hans Staden, e as gravuras de Theodor de Bry. O comportamento indígena foi descrito de modo dualista, nos quais hábitos "diferentes" eram considerados ligados ao diabo e barbarismo, e bons hábitos, eram parte das leis naturais de deus. A cultura local foi vista e julgada por um viés cristão e colonizador que teve grande influência nas descrições das mulheres. Essas eram sempre vistas como exóticas, com destaque para a sua aparência, comportamento "libertino" e canibais. Nas narrativas existe uma grande aversão às mulheres idosas, ligadas a sua sexualidade e sua participação no canibalismo. O autor destaca a forma inapropriada como a mulher foi desenhada nas ilustrações do período. Os desenhistas exageram na participação feminina dentro das cerimônias canibalescas, supervalorizando a sua presença em situações que cabiam, de acordo com os textos, aos homens (RAMINELLI, 2004,p.30).

No mesmo livro, também encontra-se um capítulo sobre as "Mulheres do Sul" no qual a historiadora aborda os perfis femininos de diferentes etnias e classes sociais encontrados na região. Prado (2004) utiliza diversas fontes, entre elas, do viajante francês Saint-Hilaire do início do XIX. Esses relatos valorizavam apenas a mulher branca, fato provavelmente relacionado a preconceitos raciais. No capítulo ela aborda apenas as mulheres brancas e negras, não há referências a índias.

Como uma importante contribuição, tem-se o livro *Historia de las Mujeres en America Latina* (2002). Nele há uma efetiva presença da indígena nos períodos pré colonial, colonial e pós colonial; com seções específicas sobre as culturas pré hispânicas, cronistas de viagem e a

conquista. O livro também apresenta diversos ensaios sobre a mulher e o gênero na historiografia. Destacarei, a seguir, alguns trabalhos desta coleção.

Sobre a América pré hispânica, os dois artigos existentes abordam a região andina tendo a mulher incaica analisada. O primeiro, apresenta as mulheres e seu exercício de poder dentro da sociedade e o segundo a noção de prostituição no incário. Nos períodos posteriores, o foco são os cronistas, como Poma de Ayala e dois espanhóis, Juan de Miramontes y Zuázola e Miguel Cabello Valboa. Em relação a região platina, Reichel (2002) analisa a mulher rio-platense em relatos de viajantes no início do oitocentos. Nesse ambiente surgem várias denominações como "*china*", inicialmente utilizada para indígenas e posteriormente para mestiças em geral. A autora tece uma crítica a quase ausência na historiografia de pesquisas sobre a mulher no período colonial, assim contribuindo para um imaginário de silenciamento. O texto critica a forma homogênea em termos culturais e socioeconômicos em que o gênero é tratado, ignorando as diferenças nos padrões de vida nos campos e cidade. No artigo *Alcances y límites de la historiografía: La mujer y conquista de América*, já mencionado anteriormente, Bouvier (2002) destaca o enfoque dos estudos mais recentes sobre as monjas e suas vidas reclusas e arquétipos de mulheres como as Amazonas, Malinche entre outras. Nesses estudos, o gênero como forma de análise desempenhou papel fundamental nas observações sobre sexualidade, matrimônio e família utilizados nos mecanismos (hierarquias de gênero) da conquista.

No âmbito missionário, Isakson (2013) apresenta em sua dissertação as mulheres indígenas como mediadoras culturais. As reduções foram organizando-as em outras funções diferentes das tradicionais em uma tentativa de enquadrá-las em instituições trazidas da Europa. Essas eram representadas nas congregações marianas, no casamento monogâmico e o *cotiguaçu*. Nas fontes jesuíticas utilizadas, as cartas ânuas, as índias são informação secundária em um contexto abrangente e político que era remetido a uma figura de poder. Segundo o autor, ao longo do Setecentos as indígenas vão desaparecendo dos relatos e suas referências vão sendo limitadas a relatos dos missionários. O autor também compara as mulheres nos relatos de cronistas da conquista como Cabeza de Vaca, Ulrich Schidl e Rui Diaz de Guzman. Nos textos analisados, as indígenas estão em segundo plano e informam basicamente apenas o seu comportamento diferente das representações ocidentais.

Desde o séc. XVI havia uma preocupação com problemas de "mendicância", delinquência e prostituição por parte dos poderes públicos espanhóis. Surgindo assim, casas de reclusão pública para mulheres "arrepentidas". Esse cárcere contribuiu para piorar a

situação de exclusão feminina (BALTAZAR,1985). Alguns trabalhos portanto, analisam a prisão da mulher nesses espaços, entre eles os que recebiam as indígenas. Imolesi (2011) investiga o espaço chamado *cotiguaçu*¹, destinado à reclusão de mulheres albergadas nas missões guaranis, por diversas causas como viuvez, orfandade, pobreza e etc. O grande número de mulheres reclusas estava relacionada à uma desintegração familiar. A autora conclui que o *cotiguaçu* indicaria as instabilidades e conflitos das reduções com o mundo externo. Os motivos alegados como justificativa para a reclusão eram a manutenção da castidade, preservação do capital reprodutivo e a manutenção de capital produtivo nas reduções. As fontes investigadas pela autora eram as correspondências reservadas jesuíticas na metade do séc. XVIII.

As origens dessas indígenas recolhidas é pouco comentada pelos jesuítas. Algumas fontes apontam para mulheres dos grupos guenoas aliados aos missioneiros contra os charruas. Elas procuravam as reduções em busca de amparo. Também existiam negociações de mulheres em acordos de jesuítas com caciques guenoas. O espólio de batalhas era uma outra forma de conseguir mulheres como, por exemplo, em relato da luta contra os charruas o exército de guaranis reduzidos teria prendido e transportado 500 mulheres e crianças para as missões (IMOLESI, 2011).

Na região do Chaco, Vitar (2001;2015) desenvolve diversas pesquisas sobre a mulher *chaqueña*. A autora aborda o papel econômico das indígenas dentro das missões durante o séc. XVIII, mostrando as divisões de trabalho dentro das reduções e seu impacto nas populações indígenas locais. Também é abordada as permanências dessas transformações, frente às funções tradicionais de uma cultura de caçadores-coletores situada próximo às fronteiras de Tucumán. Em outra pesquisa na mesma região, Gómez (2012, p.28) aborda imagens descritivas usadas para as mulheres tobas, entre outros grupos, feitas pelos missioneiros no séc. XVIII, exploradores e cientistas do séc.XIX e ainda etnólogos europeus do séc. XX. Os adjetivos utilizados se centravam em três: '*bestias de carga*', '*amazonas*' e '*libertinas sexuales*'.

Por sua vez, Garcia (2011) aborda as relações entre guaranis e lusitanos na fronteira. Havia um grande interesse da coroa portuguesa em arregimentar esses indígenas como súditos com o objetivo de anexar territórios e pessoas. As mulheres surgiram ao estudar as cartas entre espanhóis e portugueses. Nessas fontes haviam denúncias de indígenas que

¹ Vocábulo guarani que pode ser traduzido como casa de recolhidas, casa grande ou habitação grande. (IMOLESI, 2011). Nas atas examinadas não existe nenhuma menção a esse espaço.

abandonaram os seus cônjuges, entre eles mulheres que casaram novamente e constituíam uma nova família, mesmo tendo marido em um dos lados da fronteira. Assim, a autora constata a existência de um grande fluxo de pessoas entre as coroas e principalmente, a maneira como os índios se utilizaram de mecanismos administrativos em seu favor. As motivações de fuga para o território português eram, provavelmente, por saber que não haveria uma tentativa de devolvê-los aos seus povos de origem.

Como já comentado, trabalhos envolvendo documentos administrativos sobre o assunto são pontuais e não exploram em profundidade a temática feminina. Essas fontes possuem um discurso, muitas vezes, diferente dos analisados em fontes jesuíticas e literatura de viagem. Nesse sentido há um silêncio documental em relação às mulheres indígenas observado nessas fontes. Pesquisas em documentos elaborados por uma classe dominante pode ser uma forma de buscar a "voz" daqueles que foram silenciados por políticas repressivas (PETERSEN, LOVATO, 213:p.311).

Esta breve revisão teve o intuito de mostrar como a historiografia abordou a mulher indígena. Observou-se que quando a indígena era o objeto de pesquisa, buscaram-se, em grande parte, os cronistas da conquista e seus relatos de viagem, juntamente com os documentos formulados pelos missionários jesuítas. As fontes consideradas como "tradicionais", como os cabildos, foram analisadas em outros contextos, deixando uma lacuna no modo como essas mulheres aparecem. Nos trabalhos em que elas estão presentes, não são o foco da pesquisa e acabam por ficar em segundo plano. Em termos temporais, a maioria das análises se focam nos séc.XVI e séc XVII ou no início do séc. XIX, existem poucas pesquisas no Setecentos.

2 - MULHERES INDÍGENAS NO CABILDO

2.1 - Região platina: Fronteira, conflitos e acordos

As atas analisadas neste trabalho mostram uma grande dinâmica da região platina e seu entorno. A colonização das regiões fronteiriças influenciava e demarcava atributos aos núcleos hispânicos e toda a sociedade circundante. “La historia de las relaciones fronterizas se entiende mejor si se considera como un cambiante entrelazamiento de modos de interacción, entre los cuales el enfrentamiento era sólo una de sus modalidades” (FRADKIN, GARAVAGLIA,2009,p.111).

Na segunda metade do séc. XVIII, houve um aumento da preocupação na defesa dos domínios espanhóis, levando a um maior interesse nos indígenas não reduzidos e a alianças realizadas entre esses grupos. Portanto, a coroa buscou estabelecer uma diplomacia com os grupos locais firmando tratados e pactos com a intenção de transformá-los em aliados. O espaço entre os territórios coloniais e indígenas constituiu-se em interações e múltiplos contatos que mudaram as relações políticas, sociais e de poder. Sendo assim:

Buena parte de las transformaciones operadas en estas parcialidades provenía de la apropiación de selectiva de bienes, nociones y relaciones [...] Se trataba de verdaderos espacios mestizos [...] había una intensa movilidad de sujetos y grupos humanos”(FRADKIN, GARAVAGLIA,2009,p.113).

Boccaro (2001, p.13) problematiza em seus trabalhos a aceitação de uma fronteira estática, vista como um fato e os grupos que ali viviam como anteriores à colonização. Essas abordagens são formas de enfatizar a dominação simbólica e territorial. Dessa maneira, o autor propõe o estudo de ambos os espaços que constituem esses limites, importantes aos indígenas para driblar a dominação colonial. O conceito de etnogênese, visto como a formação de um "novo grupo" devido a chegada do europeu, podendo incluir aspectos políticos e formas de definição identitárias, é útil para uma compreensão dessas adaptações e criações de identidade dentro dessas regiões limítrofes. A fronteira se constitui como um espaço marcado por um “território imaginado, inestable y permeable de circulación, compromiso y lucha de distintas índoles entre individuos y grupos de distintos orígenes” (BOCCARA, 2001, p.2). Em linhas gerais:

[...] los límites y las fronteras constituyen espacios que permitían conquistadores y los colonizadores pensar, controlar y sujetar al Otro. Se cometería un grave error al considerarlos como la materialización colonial de un espacio precolombino segmentado y rígido. Como también sería una equivocación considerar estos espacios fronterizos como los últimos bastiones de una América indígena pura e inmemorial, ya que al examinar el lado inverso del límite o el otro lado de la frontera, se observa que es a menudo en estas zonas donde se operan los cambios más radicales. Y por último, es conveniente volver a situar estos espacios en sus dimensiones regionales y continentales. [...] (BOCCARA, 2001, p. 9).

Mantendo o conceito de uma fronteira menos rígida, Garcia (2011) faz uma crítica à forma homogênea na qual os indígenas foram retratados pelas duas coroas, seja como guaranis pela espanhola ou infieis pela portuguesa. Essas classificações coloniais contribuíram para fortalecer a ideia de separação do espaço fronteiriço e estavam apenas presentes em discursos e na legislação. Isso propiciou aos grupos reduzidos, estabelecidos nesses limites, a utilização dessa situação em benefício próprio, elaborando estratégias e possibilidades para as suas demandas (NEUMANN, 2000).

Como comentado anteriormente, a região bonaerense foi um importante apoio na defesa da fronteira, não apenas dos portugueses, mas também de grupos indígenas *infieles*, estes últimos constituíam uma espécie de “fronteira interior”. Essas regiões foram demarcadas durante o período da conquista, quando determinadas áreas passaram a ser controladas pelos espanhóis. Consequentemente, ficaram fora dos domínios coloniais diretos extensas faixas de terra que devido a pouca força bélica em adentrar esses territórios, permaneceram em um controle formal e não efetivo (MANDRINI, 1992, p 60).

As diversas interações entre *hispanocriollos* e indígenas dentro dessas fronteiras internas tiveram como principal eixo o comércio. Dessas relações surgiram múltiplas influências de ambos os lados, sendo que esses contatos poderiam ir além de relações comerciais, como o caso de indivíduos que transitavam entre os dois lados possibilitando trocas culturais. (MANDRINI, 1992, p.60-61).

A necessidade de buscar alianças constitui um importante interesse das duas partes. Vittar (2003) ao analisar as relações de lideranças e suas interações com o “mundo branco” na região do Chaco mostra a necessidade dos grupos locais em obter acesso a recursos difíceis pelos meios tradicionais. Para os caciques, foi preciso desenvolver um dinamismo frente às condições coloniais fronteiriças e a busca por pactos foi importante dentro das relações hispano - indígenas. Por outro lado, para o poder colonial era útil a utilização da influência das lideranças indígenas e de suas parcialidades em acordos de paz. Esses arranjos poderiam incluir captações, transferência e manipulação para uma melhor manutenção da fidelidade. A

“diplomacia” com os grupos locais seria priorizada apenas no final do séc. XVIII, atendendo aos interesses das políticas de fronteira implementadas pelas reformas borbônicas.

Os caciques foram amplamente mencionados nas atas devido a forma como eram vistos pela sociedade colonial como uma autoridade que poderia dialogar com a forma de institucionalização esperada e inserida na lógica de poder ocidental. Esse modelo consistia no desenvolvido e formado dentro da civilização européia e utilizado como uma forma de “julgar” o poder político² existente nas sociedades ameríndias locais (CLASTRES, 2012, p. 34-35).

Em relação a mulher na sociedade portenha, a região platina do Setecentos era um ambiente conflitivo e lugar de vários episódios violentos que abarcavam diversas classes sociais e étnicas³. Muitas vezes, a mulher surgia como vítima em casos que estavam presentes desde o ambiente familiar até em outros lugares públicos, como no abuso de poder de sujeitos locais. O matrimônio se estabelecia com uma prática de grande importância nas relações familiares e comerciais, propiciando diversas redes de parentesco e clientela (AGUILERA, 2015, p. 79).

Para buscar compreender como a mulher indígena foi caracterizada nessa região, ao longo dos próximos capítulos, foi feita uma aproximação com alguns trabalhos realizados sobre a região do Chaco. Essas abordagens são úteis devido à proximidade da forma como as regiões eram vistas pelos colonizadores como uma fronteira “selvagem”, habitada por grupos indígenas “belicosos” e apresentada como um “deserto” remoto e inexplorado (GÓMEZ, 2012, p. 29-30; MANDRINI, 1996, p. 65). A historiografia tradicional também contribuiu para a formação dessa imagem, ao explicar as mudanças culturais das populações pampeanas. Essa vertente teve como principal característica associar a adoção do cavalo como motor para as transformações ocorridas nos grupos locais. Por conseguinte, o modo de vida caçador-coletor teria sido convertido em caçadores equestres dedicados à pilhagem, enfatizando a imagem de violência (MANDRINI, 1996, p. 65-66).

² Para Clastres (2012, p. 41) o poder político pode funcionar como uma forma de coerção ou dentro de uma relação e comando-obediência. Segundo o autor: “[...] não é o modelo de poder verdadeiro, mas simplesmente um caso particular, uma realização concreta do poder político em certas culturas, tal como a ocidental (mas ela não é a única, naturalmente). Não existe portanto nenhuma razão científica para privilegiar essa modalidade de poder a fim de fazer dela o ponto de referência e o princípio de explicação de outras modalidades diferentes”.

³ Aguilera (2015) aborda no artigo sua pesquisa sobre formas de violência contra a mulher no período colonial na região platina. Para a autora a sociedade do séc. XVIII tinha a questão étnica em primeiro plano e era caracterizada por uma certa mobilidade social relativa a alianças matrimoniais com grupos sociais considerados inferiores em recursos, mas com “sangue limpo”. De forma geral, eram as mulheres pertencentes à famílias de camadas privilegiadas que protagonizaram esses acordos.

2.2 - Conflito e prisioneiros em Lujan

As fontes analisadas no presente capítulo referem-se às atas presentes no Tomo IX (1745-1750) dos *Acuerdos del Extinguido Cabildo de Buenos Aires*, O volume é a única compilação dos *acurdos* no Setecentos em que se encontra no sumário uma vasta referência da palavra *yndias*.

Nas atas é possível observar um aumento na presença de indígenas nas décadas de quarenta e cinquenta do séc. XVIII. Eles aparecem de formas indiretas no sentido mais geral⁴ de *infieles* ou *enemigos*⁵ mas, também, há menções de muitos caciques e nomeações de indivíduos específicos. Nas atas narram-se muitos conflitos, um grande medo dos ataques praticados pelos índios e inúmeras tentativas de acordos dos espanhóis com os grupos locais. Esses compromissos de paz eram extremamente frágeis e vívidos de desconfianças pelos dois lados. Nos embates com indígenas não reduzidos, era comum ocorrer a captura de prisioneiros. Nesse contexto, as mulheres começam a surgir nos documentos de forma mais repetitiva.

Entre os anos de 1745 e 1746 houve um grande conflito nas cercanias de Lujan que terminou no aprisionamento de aliados e familiares de um cacique local, denominado *Caleleano*. Em diversas atas observam-se tentativas de acordos e desconfianças por parte dos agentes locais, alegando que o grupo seria o responsável pelos roubos, invasões e mortes realizados na região. Eles são identificados como *serranos*, *panpas* ou *peguenchez*⁶ e obviamente *enemigos* ou *infieles*. Organizando as informações contidas nos documentos,

⁴ Boccara (2001) exemplifica a generalização como um mecanismo de dominação dos espanhóis. Ele foi bastante utilizado como uma forma de delimitação social ou divisão espacial, como por exemplo, no México todos os indígenas rebeldes eram classificados como tobosos. Isso vinculou à etnia um aspecto de violência, desconstruído posteriormente.

⁵ Ao longo das atas, a maioria dos indígenas eram referenciados de forma ampla como *infieles* ou *enemigos*. Porém, observei que, em situações quando havia algum acordo de paz, ou alguma interação que não fosse bélica eles eram apenas *infieles*. Geralmente, essa denominação era utilizada para índios não reduzidos ou que não se encaixavam na ordem colonial.

⁶ Segundo Hernández (1992, p.48) sobre os indígenas nos períodos pré colonial e colonial ‘ La identidad étnica de los ocupantes de la Pampa sigue siendo tema de discusión. Los datos arqueológicos y las fuentes etnográficas no siempre resultan coincidentes en la caracterización y el origen de los indios pampa. Es preciso tener en cuenta que el proceso de tehuelchización y araucanización por un lado, y la introducción de ganado europeo por otro, modificaron radicalmente el estilo de vida de este pueblos’. Ver mapa anexo sobre áreas de influências dos grupos. Mandrini (1996, p. 64-69) também comenta as dificuldades de identificação das etnias da região pampeana. Para o autor o importante seria descobrir se o grupo presente nas fontes do séc. XVIII denominados pampas eram uma etnia distinta, com identidade racial, linguística e cultural própria. Outra vertente acredita em uma grande unidade linguística e cultural da região pampeana-patagônica. As terminologias usadas as fontes são confusas o que leva a uma grande diversidade de nomes e apelidos, podendo designar parcialidades pequenas, extensos grupos étnicos ou até mais de grupo.

consegue-se acompanhar todo o desenrolar, desde as confabulações do que fazer com os prisioneiros até o que efetivamente acontece. Segue o acontecido:

No cabildo de 13 de julho de 1745, encontra-se uma carta escrita por Don Joseph de Sarate narrando a campanha e seus problemas com a grande quantidade de indígenas *panpas* e *serranos* na região próxima de *Lujan* e, principalmente, desavenças com um cacique local, denominado Calelian. Este documento é o único, até então, em que aparece o nome de uma mulher indígena, a *yndia Dona Gregória*, encontrada nas proximidades da cidade com o seu marido “*martin*”. Ela teria estado presente em algum ataque anterior ao local e esta é a única informação passada. Posteriormente no documento, há uma discussão entre os alcades sobre o que será feito com o cacique e o grupo. Inicialmente, a intenção é passar-los “*a cuchillo*” mas é apresentado o fato de não ser possível a manutenção de uma guerra ofensiva, então foi sugerida apenas a prisão das lideranças. Após essas deliberações, fica decidido o aprisionamento dos indígenas sob o comando do cacique e sobre suas mulheres e *chusmas*, sugere que sejam compartilhadas entre o *vesindário* da cidade como forma de “castigo” (AECBA p. 65-69).

O destino dos presos fica um pouco mais evidente na ata de 28 de setembro de 1745. Nela é confabulado que os demais indígenas devem ser enviados para auxiliar nas obras de Montevideu e suas famílias para Santo Domingo Soriano⁷ e, posteriormente, serem encaminhadas para as *misiones* dos padres. (AECBA, p. 80).

Em 13 de janeiro de 1746 há informações sobre a quantidade de pessoas que foram capturadas. O corregedor de Santo Domingo Soriano, Don Joseph San Ramon, solicita o ressarcimento do gasto no transporte de sessenta índias adultas e pequenas, de parcialidade do cacique Caleliano, todos *infieles*, que foram encaminhadas para o povoado por ordem do governador. Na ata também foi enfatizado que, futuramente, elas serão migradas para as *misiones* (AECBA, p.107).

Em uma das atas de 1746, o corregedor do povoado de Santo Domingo Soriano solicita novamente ao cabildo, a liberação do pagamento de 200 pesos que foram gastos com assistência e transporte das sessenta índias, *grandes y chicas*. No documento são fornecidas algumas informações extras. No valor estaria incluído o enterro de outros indígenas e ainda, dentro desse número haveriam outros indivíduos não especificados, juntamente a familiares de parcialidades e do cacique Calelian. Nesta ata não aparece o grupo étnico das mulheres,

⁷ A vila de Santo Domingo Soriano foi o primeiro assentamento hispânico na Banda Oriental, tendo a sua origem em um *pueblo de índios* (FRADKIN, GARAVAGLIA,2009).

mas o autor que transcreveu o manuscrito atribuiu uma denominação específica de índias *panpas*⁸ (AECBA, Cabildo del 9 de febrero de 1746, p.117).

Na ata do dia 18 de agosto do mesmo ano fica mais claro o destino real desses prisioneiros. No documento há a narrativa de dois homens que ficaram cativos do cacique Bravo, aliado de Calelian, e teriam presenciado a sua reação de indignação e promessa de vingança ao saber da prisão e traslado para a Espanha do cacique “amigo”. Os familiares (o escrivão os chama de *chuzcos*) das parcialidades e do cacique que estavam entre os presos, foram levados para o outro lado do rio, sendo efetivamente encaminhados para as *misiones* (AECBA, cabildo del 18 de agosto de 1756 p. 184).

As mulheres presentes nas atas do Tomo IX do cabildo são, em sua maioria, familiares ou agregadas de aliados do cacique Calelian. Apesar do destino delas ser definido, nas atas não fica claro o que acontecerá com elas ao chegar no local.

Primeiramente, observou-se uma diferença no tratamento dado aos homens e mulheres capturados. Os primeiros foram enviados para trabalhar nas obras em Montevideu e as segundas encaminhadas o quanto antes para uma redução. A separação seria uma outra maneira de castigá-los? Existia a possibilidade de todos eles serem encaminhados para o mesmo local. A solicitação de famílias inteiras para ajudar na região de Montevideu não era incomum. Pareceu haver uma insistência em mandá-las para as reduções, sobre o que será feito com os homens capturados é mencionado em apenas uma ata, isso parece apontar para uma preocupação maior com o destino das mulheres. As zonas de fronteiras caracterizaram-se como espaços conflitantes e palco de resistências bélicas contra uma normalização jurídico-política e econômica realizada pelos agentes coloniais (BOCCARA, 2001). Em diversas atas, se ressaltou a insatisfação com as atitudes do cacique, talvez essas transferências podem ser vistas como uma resposta aos comportamentos considerados inadequados empregados pelo grupo indígena.

⁸ O autor do volume enfatizou a denominação *panpas* colocando uma nota de página ao lado do texto e uma entrada “exclusiva” no índice final com assunto.

2.3 - O aprisionamento de mulheres e o trabalho doméstico

O conjunto de atas descrito nos fornece algumas informações sobre a origem das indígenas que serão encaminhadas para as missões. A captura dos familiares de aliados e do cacique levantam questões sobre as motivações dessas mulheres serem encaminhadas para as reduções. Apesar de ser o objetivo do presente trabalho explorar além do contexto missionário, é importante para compreender como essas mulheres se encaixavam na sociedade analisar esse espaço e como ele influenciou as formas de trabalho feminino. Sendo assim, serão expostas algumas pesquisas que abordam questões sobre os seus possíveis lugares dentro da estrutura das *misiones*.

As instituições vice reinais, com o seu corpo jurídico, civil e eclesiástico, foram as primeiras a serem abordadas pela história das mulheres. Isso aconteceu, provavelmente, devido ao fato de serem objetos comuns para a história tradicional com uma sólida base historiográfica das Igrejas hispano-americanas. Portanto, especial atenção tiveram as instituições religiosas ou civis que regulavam a vida social das mulheres como, por exemplo, os conventos, *recogimientos*, beatérios, colégios e hospitais. (DIEZ MARTIN, 2004).

No âmbito das reduções, as mulheres ocupavam um espaço ambíguo, constituído pelas ideias de castigo e proteção. Muitas vezes, as indígenas levadas ao *cotiguaçu* tinham ligação com alguma transgressão ou delito, fato que aumentava a confusão acerca da finalidade do local. De forma geral, esse lugar estava inserido em práticas sociais estabelecidas para mulheres em sociedades patriarcais. Tinham como principal propósito, a redução a uma vida cristã no espaço missional (IMOLESI, 2011,p.141)

O interesse em agregar mulheres para as *misiones* tinha diversas motivações, tais como: as guerras, a realização de transferências das populações locais e problemas com fugas. Por isso, para os jesuítas existia a necessidade de se preservar uma quota feminina em um contexto em que escasseavam mulheres. Logo, foram realizadas algumas incursões, a partir de *Yapeyú*, adentrando o território de charrúas na Banda Oriental, esse considerado como lugar de grupos *infieles*. As entradas contavam com o suporte dos espanhóis e um exército de guaranis reduzidos. Um dos episódios culminou no transporte de quinhentas mulheres e crianças para serem realocadas dentro das missões (IMOLESI, 2011,p.141).

Para Imolesi (2011, p.141) o aumento de reclusas e homens ausentes indicava uma propensão a desintegração familiar. Na documentação do cabildo, aparece simultaneamente capturadas com a mulheres, crianças. A origem dos jovens poderia ser de lugares conflitivos

ou de acordos com populações que foram voluntariamente para as reduções. A presença do trabalho de crianças era vista também nas reduções do Chaco. Elas cumpriam uma quota comunitária e este “treinamento” permitiria contar futuramente com uma mão de obra preparada (VITAR, 2015, p.687).

A reclusão feminina nasce como uma solução encontrada para problemas de delinquência, mendicância e prostituição, alvos de preocupação dos poderes públicos espanhóis. A preocupação moral em torno da mulher devia-se principalmente, à prostituição:

Sabido es que la moral pública era objeto de especial defensa por parte de las autoridades españolas, y que esta defensa fue característica la idea de que las mujeres, por constituir el llamado sexo débil, eran las más expuestas a caer bajo las tentaciones mundanas. [...] tanto en el mundo cristiano europeo como en el indígena americano, la prostitución existía [...] llegando a la determinación de apartar a las ramerías y prostitutas del resto de la población, a lugares señalados [...] Como afirma Josefina Muriel, en lo que se refiere al mundo indígena americano, la prostitución allí tampoco era desconocida, existiendo las llamadas “alegradoras.” (BALTASAR, 1985,p.14)

Na documentação estudada do cabildo, não é possível mencionar se existiam essas preocupações morais. Contudo, parece ter existido a intenção de usar o cativo como uma forma de “castigo”. Possibilidade que pode ser observada na primeira ata, na qual ainda não havia ocorrido a captura, no momento em que os cabildantes confabulam sobre o destino dos indígenas: “Que sus mujeres y Chusma se Compartan Entre El Vesindario de esta Ciudad. Para que Justificados quienes de ellos An sido delinquentes se les Castigue segun los dispuesto por Reales leyes [...]”(AECBA, 13 de julio de 1745 Tomo IX, p.69).

O trabalho feminino nas casas de recolhidas era constituído pelos labores usualmente associados às mulheres como tecer, cozinhar, trazer água e lenha para a redução. A atividade de tecer era a ocupação financeira mais importante do *pueblo*. No espaço fora das reduções havia a preocupação em distribuir as mulheres em casas de famílias locais para o trabalho doméstico. Essa prática demonstrava uma concepção de moral na qual a mulher deveria estar confinada ao privado (IMOLESI,2011).

Deste modo, a adaptação da indígena dentro da lógica de trabalho feminino, característica da sociedade colonial, pode ser observada na tentativa de dividir as mulheres cativas entre o *vesindário*. Vitar (2015, p. 687) também menciona o trabalho dentro da casa de espanhóis “[...] varias de las tareas que llevaban a cabo las mujeres adquirirían una connotación servil, al pasar a desempeñarlas en las casas de los misioneros o de los vecinos españoles”.

Mas que lugar era esse para onde as mulheres seriam levadas? O *vesindário* era uma categoria social profundamente relacionada com a cidade, com todas as suas ambiguidades e disputas sociais. Entre seus ocupantes existiam categorias não muito bem definidas como as de ‘índio’ e “mestizo” que “constituían más actos de enunciación que definiciones supuestamente objetivas; eran construcciones mentales a través de las cuales la sociedad se identificaba a sus integrantes, y no un reflejo de lo que cada sujeto era”. Mesmo assim, formava uma categoria legal e jurídica que expressava uma identificação na comunidade local (FRADKIN, GARAVAGLIA,2009,p.133).

De forma geral, a visão dos jesuítas sobre o trabalho feminino era estereotipada e ligada a uma lógica patriarcal de trabalho. Muitas narrativas inicianas sobre grupos caçadores-coletores mostram um acúmulo de tarefas e descrevem as indígenas como “esclavas” ou “bestias de carga”, símbolo este, de seu atraso cultural (VITAR,2015). Assim o trabalho doméstico:

Junto a la exaltación del trabajo femenino, en el discurso jesuítico se perfila el señalamiento de lo *doméstico* como ámbito propio de las mujeres, que aparecen adornadas, en ocasiones, con un conjunto de virtudes que componían el arquetipo de seres hacendosos y hogareños, propio del imaginario occidental. Dobrizhoffer destacaba la “alegría” con que las abiponas acometían los quehaceres cotidianos, aunque en la “selva” aporta una imagen de primitivismo [...] (VITAR, 2015, p. 677).

Além da visão depreciativa, as diversas tentativas de “encaixar” os indígenas de alguma forma na sociedade colonial, muitas vezes, caminhava contra os seus modos de vida anteriores. Vitar (2015) ao analisar o impacto da companhia de Jesus na fronteira do *Chaco* no séc. XVII e sua influência no trabalho feminino dentro da economia das reduções, aborda as bases econômicas das sociedades caçadoras-coletoras em contraponto aos princípios e lógicas ocidentais.

Era comum, antes e durante o período colonial, os indígenas praticarem incursões para caçar e recolher frutos específicos para a produção de bebidas em festas e cerimônias. Esses costumes foram combatidos e vistos como um impedimento para o projeto evangelizador praticados pelos jesuítas nas fronteiras. Devido a isso “[...] los pueblos cazadores se vieron forzados a una vida itinerante debido a la presión colonial sobre sus territorios. Algunos grupos chaqueños practicaban la agricultura en la medida necesaria para su sustento”. As atividades de algumas mulheres *chaqueñas* consistia no aproveitamento de plantas, frutos e raízes recolhidas. Apesar de diversos trabalhos serem divididos pelo gênero, existiam participações conjuntas de homens e mulheres na caça (VITAR, 2015, p. 667).

2.4 - Memorial

Juntamente com os documentos das atas é apresentado, entre as deliberações, um memorial escrito pelo Padre Jaime Pasino no cabildo de dezembro de 1746. O jesuíta solicita aos corregedores que chegarão à cidade para averiguar “ Se rreconoscan loz muchoz yndioz E yndiaz que Ai En esta Ciudad y sus cercaniaz Casadoz y casadaz En dhoz. Pueblos” ou amancebados na cidade e arredores. O missionário solicita para que os indígenas “ Se rrecojan or los sitadoz correidorez para Conduzirloz Al regrezo [...] A suz Pueblos” e “[...] se examine loz que fueren casadoz O amnsebadoz”. O documento também requisita um pedido para avisar que “ todoz loz que tuvieren yndioz E yndiaz en su zervisio loz manifiesten dentro de un breve termino”. (AECBA, cabildo del 16 de diciembre de 1746, p. 208). O interesse do documento se estendia ao casal e não apenas à mulher.

Apesar de não fazer parte da proposta direta de fontes analisadas neste trabalho, o memorial do padre é interessante para entendermos melhor o quanto era importante o controle sobre o modo de vida das populações indígenas pelos agentes coloniais e, principalmente, o como o discurso jesuítico se diferenciava do utilizado nas outras atas. Preocupação essa que, muitas vezes, visava mais a mulher.

Como existia um aumento de mulheres “solas” que preocupava os religiosos durante a metade do séc. XVIII, havia um interesse por parte dos inacianos em recolher mulheres, mesmo à força, que estariam perdidas, não viviam com os seus maridos ou se encontravam amancebadas com espanhóis (IMOLESI, 2011). O discurso evangelizador foi fundamental para uma “conquista espiritual” no sentido de controlar a sexualidade indígena, sobretudo a feminina. Dentro dessa moral foram enquadrados ideais de castidade e casamento sem luxúria (DIEZ MARTIN, 2004, p. 229).

As preocupações com índios vivendo amancebados estão muito presentes em diversos relatos. Ao analisar espaços de sociabilidades gerados a partir de atividades consideradas ilegais, como as *pulperias*, Wilde (2003, p.126) também traz exemplos desses interesses em relação às condutas sexuais dos indígenas e, conseqüentemente, aos casais que viviam fora das regras cristãs. No primeiro caso, um funcionário do pueblo de San Carlos reclama sobre as penas impostas aos indígenas e seus poucos efeitos relativos aos seus comportamentos, como viver amancebados e o “roubo de mulheres casadas”. Outra relato é sobre uma índia presa no pueblo de *Yapeyú* por ter duplo matrimônio e solicita-se a sua restituição ao marido. Para o autor, esses comportamentos podem ser vistos como forma de estabelecer uma

condição limítrofe entre o sistema colonial e as referências e símbolos identitários pertencentes à sociedade originária (WILDE, 2003, p. 127-128).

De forma geral, os relatos produzidos pelos jesuítas colocavam a mulher como um elemento a ser controlado e inferior ao homem. Com o intuito de monitorar a poligamia e ser um instrumento de vigilância para a mancebia surgia o casamento monogâmico como uma orientação ideal a ser seguida pelos indígenas. A intenção relativa a regulamentação da sexualidade indígena era profundamente relacionada à representação da mulher no pensamento ocidental, traduzida em regras relativas à virgindade, viuvez e castidade no casamento, marcadas por uma hierarquização de gênero rígida (ISACKSON, 2012, p. 95).

Essas tentativas de enquadramento dos grupos indígenas podem ser vistas na perspectiva da negação do outro. Clastres (2011) ao esclarecer o conceito de etnocídio⁹ e alguns de seus praticantes, entre eles os missionários cristãos, mostra o esforço desses indivíduos em substituir crenças e costumes ditos pagãos pela religião ocidental. As diferenças do outro são recusadas para que ele seja “salvo” de seu primitivismo pelo cristianismo e levado à civilização. A cultura indígena, assim como os seus comportamentos, foi traduzida com um viés do etnocentrismo¹⁰. As mulheres indígenas que foram capturadas próximo de *Lujan* estavam fora de seu lugar esperado pela sociedade colonial. Portanto, o primeiro passo é colocá-las dentro da lógica cristã o quanto antes, enviando-as às reduções. Aliás, todos eles, o cacique e suas parcialidades que não se adaptaram as alianças realizadas com os espanhóis também sofreram algum tipo de represália. Esse processo não se deu apenas pelos jesuítas, mas também pelo Estado, no caso das fontes analisadas no texto, ele foi representado pelo Cabildo.

Como aponta Aguilera (2015, p.79) a sociedade colonial era moldada por valores patriarcais nos quais princípios como honradez e decência estavam relacionados, principalmente, à mulher. Esses valores não possuíam o mesmo peso nem as mesmas consequências em relação ao homem. O matrimônio era a base da constituição familiar, este

⁹ Segundo Clastres (2011, p.78-79) o etnocídio “[...] é a destruição sistemática dos modos de vida e pensamento de povos diferentes daqueles que empreendem essa destruição. Em suma, o genocídio assassina os povos em seu corpo, o etnocídio os mata em seu espírito. Em ambos os casos, trata-se sempre da morte, mas de uma morte diferente: a supressão física e imediata não é a opressão cultural com efeitos longamente adiados, segundo a capacidade de resistência da minoria oprimida. [...] o outro é a diferença, mas é sobretudo a má diferença. Essas duas atitudes distinguem-se quanto à natureza do tratamento reservado à diferença. O espírito, se é possível dizer, genocida quer pura e simplesmente negá-la. [...] O etnocida, em contrapartida, admite a relatividade do mal na diferença: os outros são maus mas pode-se melhorá-los obrigando-os a se transformar até que se tornem, se possível, idênticos ao modelo que lhes é proposto, que lhes é imposto [...]”.

¹⁰ ‘Chama-se etnocentrismo essa evocação de avaliar as diferenças pelo padrão da própria cultura. O Ocidente seria etnocida porque é etnocêntrico, porque se pensa e se quer a civilização.(CLASTRES, 2011, p. 80).

ligado aos ideais herdados da Espanha e calcado pela Igreja Católica. As preocupações partiam desde as relativas à integridade sexual até o interesse em uma “pureza de sangue”. Há uma grande quantidade de exemplos desse comportamento, muitos dos processos analisados pela autora abarcam causas morais, tais como escândalos públicos, injúrias ou calúnias e amancebamento.

3 - O SILENCIAMENTO NAS ATAS DO SÉC. XVIII

O Tomo IX das atas do cabildo de Buenos Aires, analisado anteriormente, se destaca por ser o único em que aparece a referência "índia" no sumário com diversas entradas. Isso pode parecer pouco, mas devido a quase inexistência de mulheres indígenas nessas fontes, torna-se uma oportunidade de quebrar um silêncio já tão aceito pela historiografia.

O desafio de superar o silêncio documental que costuma ecoar a voz dos conquistadores e acaba por apresentar os grupos indígenas sob a interpretação das elites dominantes, é um dos principais obstáculos. Para Blanco (2000, p. 153), ao fazer uso de documentos que promovem o discurso oficial, o historiador deve estar ciente dos limites impostos pelas fontes. Uma maneira de contornar o problema, sugerido pelo historiador, seria realizar um trabalho de campo etnográfico com os grupos atuais. Porém, devido às limitações de pesquisa e praticidade, nem sempre é possível. O autor apresenta alguns critérios teóricos que poderão superar essas limitações e alcançar elementos escondidos pelas palavras. O principal deles seria investigar justamente os "discursos ocultos" que são os meios nos quais os grupos submetidos criam e defendem seu espaço além do discurso oficial. As fontes podem mostrar muito ou nada, dependendo apenas da forma e pergunta direcionada (Blanco, 2000, p.153).

De maneira geral, a partir da metade do séc XVIII, os indígenas aparecem cada vez menos na documentação do cabildo¹¹. Consequentemente, isso reflete em uma diminuição ainda maior em relação às mulheres. Como a presença feminina "direta" nessas fontes administrativas é escassa, buscou-ser justamente nesses discursos velados outras formas de como elas aparecem nos documentos. Ou seja, na maioria das atas do Cabildo as mulheres parecem indígenas não ser referenciadas diretamente. Desse modo, o objetivo deste capítulo é

¹¹ Alguns trabalhos comentam sobre a diminuição dos indígenas nas fontes do período. as atas parecem corroborar essa informação. Devido à organização dos volumes do cabildo, para exemplificar o quanto os indígenas vão desaparecendo ao longo do setecentos, podemos analisar numericamente o quanto eles são referenciados diretamente no sumário. Nos tomos apresentados neste trabalho fica muito evidente esse declínio. No tomo IX (1745-1760) existem no total 43 referências, sendo algumas repetidas. Elas aparecem com a forma geral de "índios" e, especificamente nesse caso, "índias", somado ainda aos caciques Bravo e Calelian. No tomo seguinte (tomo I série II anos 1751 a 1755) são 39, com uma entrada referente ao cacique Bravo e as demais a "Índios". Nos tomos seguintes, II e III (anos 1756 à 1768) existe um grande contraste, há apenas 8 e 11 referências, respectivamente. Contudo, é importante observar que, provavelmente, essa demanda maior aconteça devido aos "problemas" enfrentados com os grupos locais e o Cacique Calelian., fazendo com que houvesse diversas audiências para abordar situações relacionadas.

evidenciar como essas mulheres são apresentadas nos documentos do período, buscando uma continuidade na sua existência.

3.1 - *Chinaz* e famílias

Neste subcapítulo serão abordadas outras denominações usadas para “nomear” as mulheres indígenas de forma “indireta” nas atas. Devido ao espaço, serão analisados apenas os dois tomos seguintes ao conflito de Lujan que compreendem os anos de 1751 a 1762. Nesses documentos não foi utilizada a palavra “yndia” em nenhum momento. A intenção inicial era acompanhar algum possível desdobramento do caso anterior, contudo, essas fontes apresentavam informações que possibilitaram explorar o silenciamento da mulher indígena no período.

Pouco mais de dez anos depois dos conflitos nas cercanias de Lujan e da captura das mulheres locais, encontra-se pela primeira vez nas atas o termo *china* para designar as indígenas. No documento, o termo parece remeter a uma ideia depreciativa:

[...]Una Carta escrita por d.n Joseph Peñalba Al S.r Gove.r Con Fha. de Veinte y nuebe de Noviembre de este Año, por la que da parte Como Aviendo los yndios enemigos hurtado la Cavallada de El fuerte de El Salto de rl Arresiffee, y muerto dos ombres que Andaban Coriendo yeguaz, y luego seguidolos, Con Ochencha y siete ombrez; y Alcansandolos, les quitaron, la Caballada que llebaban, y demaz Asienda, y que mataron, diez yndios, dos Chinaz y Coxieron, Un yndiesillo cautivo; y que siguiendo El Alcanse de tenuta en los despojos, Allandose solo Veinte ombrez los yndios se reysieron y cargaron sobre ellos le mataron los yndios derotados [...]. (AECBA, Cabildo del 4 de diciembre de 1754, p. 472-473).

A ata acima é a única do período analisado que traz a denominação ‘*chinaz*’. O contexto parece semelhante ao de Lujan, porém, possui um desfecho mais violento. O caráter descrito dos “crimes” cometidos pelo grupo, talvez seja um indício de justificativa, já que o usual era a captura. A fortificação de Arrecife foi realizada na década de 1730 como uma resposta aos ataques mais frequentes e agressivos de grupos indígenas da região dos pampas. Na década de 1740, essas incursões tornaram-se mais invasivas, ocupando espaços das populações *hispanocriollas* (FRADKIN, GARAVAGLIA, 2009).

Sobre a imagem da *china*, a historiografia a abordou de forma superficial. Essa mulher era apresentada de modo limitado e carregada de estereótipos. Para Reichel (2002, p.142) a palavra inicialmente nomeava a indígena e devido a uma posterior substituição gradual da palavra que identificava a etnia por apenas *mestizo*, passou-se a usar a

denominação para mulheres mestiças também. Como a autora sugere, a china era considerada: “Una mujer pasiva, indolente, y en general e vida sexual libre” (p.142), bastante descrita pelos viajantes do período colonial. As imagens divulgadas dessas mulheres possuíam uma forte conotação sexual e pejorativa como narra Félix de Azara “[...] indios cristianos desertores [...] están generalmente casados e sus mujeres y sus hijas sirven de ordinario para consolar a los que no lo están [...] yo no creo que ninguna de estas [...] conserve su virginidad pasada la edad de ocho años [...]” (DE AZARA apud REICHEL, 2002, p. 142).

A historiadora aponta para a contribuição negativa dessas descrições, que acabaram por enfatizar os interesses civilizadores da sociedade colonial, apresentando o *gaúcho* e sua companheira, a china, como representantes da barbárie e de comportamentos imorais na sociedade platina. As definições recaiam, principalmente, sobre as mulheres como uma forma de crítica aos indígenas que praticavam a poligamia, eram nômades (ou semi sedentários) e contavam com a presença feminina nos seus constantes deslocamentos (REICHEL, 2002, p. 142).

Em geral, nas atas ao longo do cabildo, é possível observar as mulheres indígenas referenciadas de forma mais genérica, como por exemplo, no uso da palavra família ou parentes como segue no trecho destacado :

[...]Una Carta escrita, Al S.r Govern.r por d.n Nicolaz Bravo, Casique yndio, [...] sobre El Contenido de dha. Carta; que es, dar cuenta, Como los yndios enemigos le an Muerto Muchos de su Xente, y le An llebado, laz familiaz, y ue se le Ausilie, Con Xente, para yr Castigar dho. enemigo, y que d.n Xristóbal Cabral, le a ofresido yr Con dos Compañaz A favoreserle, Con lo demaz que Consta de dha. Carta y enterados de El Contenido [...]. (AECBA, Cabildo del 27 de agosto de 1754 p. 443-444).

A substituição pela forma genérica “família” pode não ser relativa exclusivamente à mulher e, em muitos casos, ela irá remeter à crianças também. O problema estaria na sua utilização, de modo a subtrair a mulher ao ponto de não se distinguir mais a sua presença, quem são, ou da onde vieram ou que aconteceu com elas. No trecho destacado acima, não é fornecido maiores informações, apenas que são capturados os familiares do grupo do cacique Bravo e não existe o desfecho em outras atas.

Devido a falta de continuidade nos exemplos apresentados para o período analisado neste capítulo, será necessário recorrer às atas demonstradas anteriormente relativas ao conflito nas cercanias de Lujan. Nelas é possível acompanhar ao longo do período das deliberações, como esse “mecanismo” de silenciamento.

Na ata de julho de 1745, na qual são mencionados, pela primeira vez, os problemas com os grupos indígenas locais, as mulheres são apresentadas de forma bastante específica. No documento é deliberado sobre a intenção acerca do que será feito com as indígenas pertencentes aos grupos aliados do cacique Calelian: “sus mujerez y chusma se Compartan Entre El Vesindario de esta Ciudad’ além da informação sobre a ‘yndia d.a Gregoria” (AECBA Cabildo del 13 de Julio de 1745, p. 65-80). Na ata posterior no mês de setembro do mesmo ano, temos o seguinte trecho relativo ao que deve ser feito com os prisioneiros: “y los demas A las Obraz de Montivideo y Sus familias A las misiones de los padrez de la Compañia” (AECBA Cabildo del 28 de Septiembre de 1745, p. 79) .

Já em janeiro de 1746 o corregedor de S.to Domingo Soriano ao pedir o reembolso pelas despesas do transporte das indígenas até a cidade é levado a relatar maiores informações “Con Sesenta yndiaz grandez y pequeñaz que Se rremetiron A Aquel Pueblo [...] de la parcialidad de El Casique [...] todos Infieles”(AECBA Cabildo del 13 de Enero de 1746, p. 107). Em fevereiro de 1746, na ata na qual é emitido um decreto do cabildo para ser paga a quantia solicitada pelo corregedor, repete-se a informação de forma mais resumida. Sobre as sessenta mulheres todas “Jentilez de la Familia de El casique Caleliano”. No mês de agosto ao mencionar o caso o alcade ‘la translacion que [...] Se yso [...] de chusma y familia para la Otra Banda [...] y pueblor de laz misionez”(AECBA Cabildo del 9 de Febrero de 1746, p. 117).

Observando-se nas atas acima desde o início, nota-se que as primeiras trazem uma gama de informações sobre as mulheres que vão, literalmente, sumindo até só restar o termo genérico “famílias”. Mesmo a primeira ata sendo uma forma de “apresentação” dos contextos que envolveram os conflitos com os indígenas da região, o documento é proveitoso como uma forma de observar como as mulheres são apenas mencionadas de maneira mais clara em casos apenas estritamente necessários.

Incluir as mulheres dentro de uma categoria mais geral, como famílias ou simplesmente no gênero masculino, era comum nos discursos jesuíticos como nos mostra a historiadora Vitar sobre as mulheres *chaqueñas*:

El cocinar los frutos recolectados y los alimentos en general era una función de las mujeres pero, al igual que otros quehaceres femeninos, quedaba sepultada bajo los rasgos genérico forales del discurso jesuítico, vale decir, por el uso del masculino genérico al explicar los hábitos indígenas. Por ejemplo, cuando Pedro Lozano describe el modo de preparar los alcaparrones, señala que “los comen los infieles, después de cocerlos al fuego un día entero para sacarles su intolerable amargura” ocultando así la intervención femenina en esta operación. (VITAR, 2015, p. 672).

Nas atas do cabildo é difícil observar se houve a inclusão das mulheres em um termo genérico masculino, como acontece nas fontes produzidas pelos jesuítas. Em relação às formas como as indígenas são, geralmente, retratadas nos escritos coloniais Gómez (2012, p.29) observa que elas estão relacionadas diretamente aos objetivos do narrador. Quando essas mulheres são alvo da evangelização, de alguma campanha militar ou outras formas de incorporação à sociedade colonial, sua imagem era utilizada como uma forma de ressaltar suas singularidades. Essas “particularidades” estavam inseridas dentro do grupo local e os inicianos buscaram uma narrativa que apresentasse certa proximidade com as características comumente esperadas das mulheres cristãs ocidentais. No caso dos jesuítas isso se deve ao interesse em incluir os indígenas no processo de conversão religiosa, mostrando o quanto eles estariam próximos às instituições ocidentais devido a características culturais próximas.

Esse processo teve influência nos tipos de lugares associados ao feminino nas fontes do período. Os missionários possuíam interesses específicos acerca da vida das mulheres. Entre esses objetivos, estavam a sua alocação no trabalho doméstico, a divisão sexual do trabalho, a educação dos filhos, família, práticas matrimoniais, poligamia e adultério. Os critérios de interesse, estavam associados com as teorias sociais do séc. XVIII, por meio da valorização das questões relativas ao papel da mulher na socialização e transmissão de valores morais e familiares. Convicções estas, inseridas em um modelo de família e sociedade patriarcal que estava se consolidando na Europa e sendo transmitido até as colônias americanas (GÓMEZ, 2012, p.31).

Outra forma de explicar esse silenciamento, pode estar nos modos de uso de termos gramaticais que identifiquem o masculino ou o feminino no próprio idioma. Estes, foram durante séculos, utilizados como um modo de enunciar traços de caráter ou sexuais. O uso gramatical envolvia regras formais relativas à atribuição de gênero, uma possibilidade pouco examinada pelos historiadores devido aos trabalhos centrados nas categorias sem gênero (neutra) presentes nos idiomas indo-europeus (SCOTT, 1995 p.72). Como Scott (1995, p.75) aponta, o termo gênero pode ser aplicado para compreender como as designações sobre as relações sociais entre os sexos formaram construções culturais nos papéis relativos a homens e mulheres. O uso da palavra família ou um genérico masculino pode estar relacionada, em alguns casos, à ausência no idioma latino de um termo neutro.

3.2 - “Unaz Mujerez de el Pago de la Matansa”

Nas atas do cabildo, geralmente, as mulheres são mencionadas em situações bem específicas, como em processos de litúgio de bens, heranças, dívidas, viuvez, entre outros. Nesses casos, sempre é apontada o sobrenome e, em grande parte das vezes, elas aparecem junto ao nome do marido. Como observado nos documentos anteriores, as indígenas não tem nome, muito menos sobrenome, com exceção da Dona Gregória. Em alguns documentos aparecem mulheres sem sobrenome e também não é especificada a sua etnia. Na seguinte ata encontram-se alguns exemplos dessa omissão:

[...] luego Se leyo, un memorial presentado Al s.r Gove.r por, d.n Joseph lopez Sarx.to Maior de laz milisiaz; y otro presentado, por Unaz Mujerez de el Pago de la Matansa, Sobre, El primero las pasez, que pide, El Casiue yati, y El otro Sobre que Se rescaten algunos Cautivos y lo demaz que Consta de dhos. memorialez y Se Transfirieron para otro Acuerdo respecto de Contener puntos que deven mirarze Con toda Refleccion [...] Y luego El S.r Alcade de Segundo Voto, y El rexidor d.n Alonso Garsia de Suñiga representaon el dezaire que Esperimeto, El cavildo, el dia Cuatro de el Corriente, En el Entierro de D.a Gregoria quintana, En la Yglesia de Nro. P. san francisco - Negandole el asiento que le Correponde, por los Relijiosos de dha Relijion expresendo no devia, presidir el cavildo Al ministro de Su tercera Orden, Con lo que y Enterados, de todo y Evitar, En adelante, otros dezairez Semejantez Acordaron el Cavildo En delante A dha. Iglesia no asista, A funsion - ninguma Con lo qual Ze serro este Acuerdo [...].(AECBA, cabildo del 15 de septiembre de 1756, Tomo II série III. p. 119-120).

A ata recortada acima é bastante rica em informações que proporcionam algumas pistas de como essas indígenas poderiam estar presentes, sem ter a sua etnia mencionada. Tem-se um grupo de mulheres do *Pago de la Matansa*¹² se organizando e encaminhando um pedido/memorial juntamente ao cabildo no qual é solicitado o resgate de cativos, sem maiores informações. Difícilmente, mulheres hispanocriolas seriam apresentadas dessa forma, sem nenhum sobrenome ou alguma informação que as identificasse melhor.

Mas quem eram esses cativos e qual o conteúdo dos memoriais? As atas de sete de janeiro e de dezessete de setembro do mesmo ano nos fornecem algumas informações, que podem ajudar na contextualização da situação.

¹² Matansa era uma área de alta especialização agrícola com chácaras produtoras de cereais com mão de obra escrava negra.(FRADKIN, GARAVAGLIA, 2009, p.97) Problemas com os grupos indígenas locais nessa região são mencionados anteriormente. A primeira vez que aparece as localidades de Magdalena e Matansa é na ata de 3 de novembro de 1752, No documento é narrada a captura de vinte e sete indígenas *Panpas* e *serranos* que estavam hostilizando as fronteiras da jurisdição. O local não é especificado, mas é mencionado que a milícia responsável pelos prisioneiros é a mesma criada para a defesa de fronteiras de Magdalena e Matansa (AECBA, Tomo I, cabildo del 3 noviembre de 1752, p. 254-5).

A primeira ata traz a narrativa sobre problemas relativos ao “comportamento” de grupos indígenas *Panpaz* na região de *Magdalena e Matanza*¹³. Eles estavam a cargo de missionários da Companhia de Jesus¹⁴. Devido “láz malaz operacionez que de ellos Se experimento, Se Estinguieron, de El pueblo, en que estaban Juntos; y que ahora Se allan todos Con suz toldos, en los pagos [...]”. No final da narrativa é proposto pelos alcades que devido ao perigo oferecido pelos grupos, esses deveriam ser retirados da localidade: “Sean Sorprehendidos Con suz familiaz y que Sean remitidos a la Otra banda de este rio para que de esta Suerte al enemigo no tenga quien le de aviso [...]” (AECBA, cabildo del 7 de enero de 1756, p.12).

A segunda ata mostra de forma mais clara o assunto dos memoriais citados anteriormente no dia quinze de setembro e, ainda, apresenta o nome de uma outra mulher, no lugar do grupo de mulheres antes mencionado: ‘Sobre lo Transferido En Asunto, A los dos memorialez de El S.to Maior d.n Joseph lopez y d.a fra.ca de [...]’¹⁵. Sobre o assunto: ‘de laz pasez que piden los indios Panpaz de el Casique yatí, ofresiendo, Entregar los Cautivos, que tienen En Su poder, cristianos, y pidiendo Se lez debuelban Suz parientez que Se dezpacharon Prisioneros, A la otra banda [...]’ O cabildo delibera sobre a aceitação do acordo desde que o grupo mantenha a paz (AECBA, cabildo del 17 de septiembre de 1756, p.125).

No trecho destacado do dia 15 de setembro, também aparece uma referência específica a uma mulher. A *Dona Gregória quintana*, que segundo Alonso Garsia, em seu enterro teve negado o *asiento* na Igreja. Nos conflitos nas cercanias de Lujan também é apresentada uma Dona Gregória, mas sem o seu sobrenome, ela é mencionada da seguinte forma: “El Indio Caleliano Anda muy desvergonhado [...], y que se experimentan muchos daños que El dho. y su Jente Asen [...] y que A llegado A aquel pareje la yndia d.a; Gregoria con su marido martin, y que fue una de las que allaron en El Mal Echo que ysieron en luxan ” (AECBA, Cabldo del 13 de Julio de 1745, p. 65). O narrador parece destacar a mulher e como comentado anteriormente, ela é uma exceção, por ser a única mulher explicitamente indígena

¹³ *Pago de la Matanza* era um pueblo. “Los pueblos de indios fueron una herramienta decisiva en (adoptar un modo de vida urbanizado) y las normas -más que prácticas- tenían objetivos precisos: el pueblo debía edificarse en torno a una traza con su plaza y su iglesia en el centro; cada uno debía sostener un cura doctrinero y adoptar formas institucionales hispanas como el cabildo de indios o las cofradías. Se trataba de una utopía que pretendía forjar dos mundos corporativamente organizados y jerarquizados: en la ciudad, la “república de españoles”, en los pueblos, la “república de índios”. pero este modelo ideal rígido y fijo se correspondía muy mal con realidades sociales signadas por la movilidad.”(FRADKIN, GARAVAGLIA,2009,p.145).

¹⁴ Na região de fronteira sul as reduções jesuíticas não tiveram grande eficácia e ‘los intentos misioneros fueron mucho menos sistemáticos y generalizados’.. Entre os anos de 1740 e 1753 houve tentativas falidas de construir três reduções na região (FRADKIN, GARAVAGLIA, 2009, p.120).

¹⁵ Segundo nota na transcrição há um espaço em branco logo após o nome.

que é nomeada no cabildo. É complicado afirmar que se trata da mesma mulher, mas não seria impossível.

A possibilidade dessas mulheres serem indígenas fica mais evidente pelo modo como elas são apresentadas em comparação às outras mulheres. Por exemplo, na ata do de setembro de 1745 é deliberado sobre um litígio de terras, na qual a viúva que está fazendo a apelação é apresentada como: “d.a Juana de Malaver viuda de d.n Domingo de Irasusta” (AECBA, Tomo IX, Cabildo del 28 Septiembre de 1745, p. 81). Em outras atas, observei que há sempre uma referência ao marido ou a família, o que as diferencia das mulheres indígenas presentes ao longo dos documentos. Portanto, acredita-se que pelo modo como essas mulheres são apresentadas, elas provavelmente eram indígenas.

Como comentado, é muito difícil as mulheres indígenas serem mencionadas pelo nome. Nos escritos produzidos pelos jesuítas, nomeações também são raras. Isackson (2012, p. 101) observa que quando as mulheres estão exercendo seu protagonismo ao discordar dos inicianos elas, geralmente, não são nomeadas pelos padres. Quando são nomeadas, devido a sua liderança e, muitas vezes, por serem mulheres mais velhas, são narradas de forma depreciativa, na qual fica evidente a indignação em lidar com essas mulheres. Para os religiosos o lugar feminino deveria ser a reclusão ou o espaço doméstico.

Pergunto-me o porquê delas receberem esse destaque e que lugar elas ocupavam, pergunta essa que não pode ser respondida pelas fontes analisadas no presente trabalho. Mas, retomando o pensamento de Clastres (2011), já mencionado, em que a lógica dos missionários encontrava-se na negação do outro, pode-se supor que essa fia a forma de rejeição encontrada pelos agentes locais. Recusar o seu *asiento* é uma forma de negar uma mulher que não teria se adequado à lógica da colonial.

3.3 - A omissão da etnia

Ao longo da documentação do cabildo é possível observar que alguns indígenas, principalmente os caciques, foram aos poucos perdendo as denominações que faziam referência a sua etnia. Abaixo, segue trecho da ata sobre os caciques *Yati*, *Rafael* e *Brabo*:

[...] q.e El S.rso Maior d.n Joseph Antonio lopez responda A d.n Carlos yati que no se Negaran laz pasez a su primo d.n Rafael y los de su gremio sienpre que Se conosca que laz piden Con Verdad y de buena fee [...] el Rey [...] no desean que unos y otros Continuamente Viba con [...] tirania de estarse asiendo daños y muertez reciprocax, [...] pero que aviento tanvien Eñsenado la esperiensiã la poca Susiztensia que tienen los de Su nasion puz faltando muchaz Vesez a lo que prometen procuran Cometer Traisionez y Alevosiaz Contra aquellos mismos a quienez estan Tratando Como amigos no estrãnan el que interin que Se reconese el animo de los Yndios de Su gremio Viban los Españoletz Con alguna precausion a fin de no padecer algunos daños Aunq.e Se Cree que la intension de dho. d.n Carlos, y la de Su primo Sean de Buena lei y de toda Verdad: y que Asi para Tratar laz pasez quando le parezca [...] podra Volver dho. d.n Carlos Estando prevenido que tanvien los a de aser Con el Casique brabo, porque aviendo esta Ciudad [...] experimentado tan buena Correspondensia de Su Amistad, Sera tanvien presiso darle antez aviso de esta proposicion; y asi acaso tuviesen Algun inconveniente En esto Se procurara por todos medios Su amistad [...] y que quando ayan de bolber a Trara de las pases abra de ser Con poco nuero de Jentes a aquella frontera [...] (AECBA, cabildo del 17 de septiembre de 1756, p.125-126).

A ata destacada é a continuação dos acordos realizados após a leitura dos memoriais. O trecho acima mostra em apenas uma ata como funcionavam essas variações nas denominações étnicas utilizadas aos dois caciques mencionados. Essas designações vão desde a total omissão a algum indicativo indígena, como *D.n Carlos* ou *D.n Rafael*¹⁶, a situações ‘mistas’ *D.n Carlos yati* e a indicação de apenas *Casique*.¹⁷

Como essa omissão pode ter influenciado o desaparecimento feminino nas fontes? Houve diferenças de gênero nesse processo? Observou-se que quando são mulheres indígenas, com raras exceções, aparece a denominação *yndia*. O mesmo acontece com os homens, a não ser os caciques, via de regra apresentados como tais. Porém, mesmo a omissão da etnia acontecendo em ambos os gêneros, esse processo parece mais repentino nas mulheres. Contudo, há uma ressalva relativa aos poucos exemplos contidos nas atas citadas.

¹⁶ D.n Rafael de acordo com o *Cabildo de 8 de enero de 1754* também seria um cacique, porém não foi achado outras referências ao nome indígena.

¹⁷ Em atas anteriores o cacique *brabo* ou *bravo* é chamado de *D.n Nicolaz* ou *D.n Nicolaz Bravo*, passando pelas mesmas formas de nomeação do cacique *Yati*. (Cabildo del 27 de Agosto de 1754). Essa mudança só acontece quando ele se desvincula do Cacique *Calelian* e posteriormente faz um acordo de paz (Cabildo del 27 de Marzo de 1753).

Nos trabalhos mencionados ao longo desse texto que abordam as indígenas e os jesuítas, não há nenhuma menção a esse processo.

Retomando os dois casos em que aparece o nome de duas mulheres indígenas, *D.a Gregória* e *D.a Fra.ca*, não se tem um meio termo, a omissão parece acontecer de uma forma mais abrupta. Nas atas dos anos analisados as indígenas aparecem como denominadas diretamente como *yndias* ou englobadas em termos genéricos comentados anteriormente, ou simplesmente não é feita nenhuma referência a sua etnia. Nos homens essa transformação de nomenclaturas foi mais gradual, provavelmente, devido ao fato de eles aparecerem mais nas fontes. Essa eliminação torna difícil e insegura a identificação dessas mulheres.

Podemos buscar algum esclarecimento sobre essas omissões étnicas nas tentativas de homogeneização da sociedade, elaboradas pelos colonizadores. Nas fontes pareceu existir um interesse por parte dos grupos indígenas, assim como dos agentes coloniais, em buscar uma forma de assimilação nessas denominações.

Relativo às formas duplas nas quais aparecem o nome indígena e espanhol, a adequação de nomes por parte dos indígenas era uma estratégia também utilizada em outros grupos, como esclarece Boccara (2001, p.22) sobre os Mapuches¹⁸ ‘la construcción de sí mismo en un movimiento de apertura hacia el Otro’. Os indígenas da região tinham ao mesmo tempo nomes locais e cristãos, batizavam-se, recebiam soldo, entre outros.

Observou-se ainda, que as denominações aos grupos, muito utilizadas anteriormente como *pampas* ou *serranos*, praticamente desaparecem nos dois gêneros na década de 1750. Isso parece ter ocorrido em concomitância com uma aproximação aos grupos por meios de acordos de paz. Essas alianças, características dos espaços fronteiriços no período, operaram transformações que “Los [...] territorios indígenas estaban lejos de ser homogêneos y, a medida que las interacciones con al orden colonial se acrecentaron, las parcialidades [...] fueron notablemente influidas por el mundo colonial” (FRADKIN, GARAVAGLIA, 2009, p.113).

A partir de 1760, existiram diversas tentativas por parte da coroa espanhola em realizar reformas administrativas com a intenção de aumentar a sua influência política e fiscal nas

¹⁸ Sobre a influência Mapuche na região: A fronteira ‘panarauca’ foi uma área de influências e transformações com uma certa unidade cultural em que m Mapuche se converteu em um idioma “franco”. Eram diversos grupos em uma extensa área incluindo a Araucania chilena até a fronteira com Buenos Aires. ‘Ese proceso de cierta unificación cultural era el resultado de la diseminación en los territorios orientales de patrones culturales mapuches, de las intensas relaciones de intercambio forjadas a través de un complejo eslabonamiento que atravesaba los pasos cordilleranos y a la migración temporaria o definitiva de contingentes y linajes desde la Araucanía hacia las pampas. (...) este proceso no derivó en alguna forma de unificación política y tampoco anuló la diversidad que constituía ese mundo. (FRADKIN, GARAVAGLIA, 2009, p.126).

colônias. Na região platina a presença cada vez maior de *hispanocriollos* nos cabildos, a participação comercial crescente de portugueses e ingleses e ainda as ameaças de ataques de grupos indígenas evidenciava uma fragilidade dos órgãos de poder central. Essas reformas buscaram um projeto sociocultural relacionado com práticas consideradas civilizadas, como agricultura, indústria e comércio. Sendo assim, elas influenciaram os discursos de classificação que tentaram abarcar a realidade heterogênea e suas tentativas de assimilação (WILDE, 2003, p.108).

Dessa forma, construiu-se um modelo de discurso oficial formado por contradições nas quais projetou-se o outro como “outro” e, ao mesmo tempo, definiu-se a identidade do Estado como uma entidade sócio cultural, por meio de assimilações baseadas em valores universalistas. Isso proporcionou a presença de uma oposição nos escritos entre as formas de diferença e a assimilação. (WILDE, 2003, 116).

Ao analisar o comportamento de guaranis missioneiros frente à ordem colonial, Wilde (2003) demonstra o quanto esses indígenas utilizavam diversas formas identitárias. Dependendo da situação, era evocada a identidade cristã em oposição a de índios *infieles*, e também, de forma a identificar o sujeito como indígena e ao mesmo tempo cristão. Nas atas do cabildo, os caciques analisados parecem ter se utilizado de um mecanismo semelhante ao apresentaram-se com os seus nomes indígenas juntamente com o nome cristão e espanhol.

Esse mecanismo aparenta ter afinidades com o que aconteceu em relação às mulheres, como observado nos exemplos mostrados, do grupo de mulheres do Pago de la Matanza e Dona Gregória. Apesar de não aparecerem em um discurso mais direto, com “voz” como os homens, quando as primeiras indígenas são apresentadas na ata que descreveu o conteúdo do memorial, usa-se o nome espanhol de uma delas, mesmo que com a omissão do escrivão do seu sobrenome. Negar a seu nome indígena pode ter sido uma forma de conseguir alguma legitimação frente ao colonizador.

Da mesma forma, foram observadas mudanças de classificação coloniais na América portuguesa. A omissão da designação étnica surgiu durante a aplicação da legislação pombalina na metade do séc. XVIII, As medidas sistematizadas no Diretório de índios tinham a intenção de integrar os indígenas na sociedade colonial por meio de determinações que objetivavam o fim das diferenças existentes entre indígenas e demais vassalos. Elas não suprimiram o uso da palavra ‘índio’ porém, ficava proibido denominar os indígenas de “negros da terra”, hábito social comum que os relacionava com a cor dos escravos africanos. Essa manutenção levava a uma situação transitória, a “qualidade de índio”, podendo ser

extinta futuramente, quando não seria mais diferenciado mais índios de brancos. Também era incentivada a adoção de um prenome e sobrenome lusitano em detrimento do nome indígena. (GARCIA, 2009, p.74-78).

Na América espanhola existiram diversas práticas que visaram englobar as populações indígenas dentro da sociedade colonial. Os exemplos trazidos mostram trabalhos que focam nessa homogeneização relacionada às reformas implementadas pelos agentes coloniais. Contudo, nas atas do cabildo analisadas por este trabalho, essas assimilações parecem ocorrer, mesmo que de forma mais branda, antes dessas ações administrativas, no caso da América espanhola, as reformas borbônicas. O presente subcapítulo procurou demonstrar que em relação às diferenças entre os gêneros na omissão da etnia, elas parecem ter acontecido de forma muito mais repentina para as mulheres, dificultando o acompanhamento das trajetórias dessas indígenas.

Considerações finais

Nesta escrita procurei demonstrar a permanência da mulher indígena na sociedade platina durante o séc. XVIII. No período, a região passou por profundas transformações sociais e econômicas que influenciaram a dinâmica da coroa espanhola com os grupos indígenas locais. Como foi mencionado no primeiro capítulo, o enfoque da maioria das pesquisas é a região missioneira e os cronistas de viagem, deixando uma lacuna em outros tipos de fontes e contextos. Dessa forma, procurou-se analisar fontes que não foram produzidas diretamente por esses agentes, como as atas do cabildo de Buenos Aires. Como ponto de partida, utilizou-se um conjunto de atas presentes no único volume da coleção dos *acuerdos* que apresentavam referências às mulheres indígenas em seu sumário.

De forma geral, observou-se que na documentação burocrática a mulher apenas era mencionada em situações estritamente necessárias. Essa situação pode ser vista quando ocorreu a captura de prisioneiros no conflito próximo de Lujan. Nas atas em que foram descritas todas as deliberações, os cabildantes se viram compelidos a prestar maiores informações sobre as mulheres. Os pormenores foram necessários tanto para as decisões relativas ao que seria feito com as mulheres, como para a prestação de contas por parte do corregedor do povoado. A partir disso, foi possível levantar algumas questões sobre elas. Observou-se uma diferenciação pelo gênero, nas intenções e na efetiva divisão dos indivíduos capturados. Para as mulheres parecem ter existido algumas indecisões relativas ao local para onde seriam enviadas, dúvidas que não foram levantadas em nenhum momento aos homens. Entendo que encaminhar as mulheres para os jesuítas foi, possivelmente, uma forma de enquadrá-las de alguma maneira na sociedade colonial. Essa preocupação também foi demonstrada no memorial exposto pelo jesuíta.

Aqui, cabe uma ressalva, este trabalho ao falar da indígena em fontes não produzidas pelos jesuítas ou que abordassem outro espaço que não o missioneiro, acabou por abordar a mulher, justamente, nesse espaço. Isso não é algo inesperado, já que a sociedade colonial enxergava a mulher em uma lógica colonizadora na qual o pensamento cristão, traduzido pelos jesuítas, tentava incorporar a indígena nessas concepções.

O último capítulo tentou procurar uma forma de burlar o silenciamento sobre as mulheres indígenas. Os anos seguintes às atas da década de 1740, não apresentam nenhuma menção “direta” à essa mulher. Ao analisar melhor esses documentos, observei que existiram certos mecanismos que podem ter contribuído nessa invisibilidade. Eles são muito sutis, e se

constituíram pelo uso de termos genéricos, principalmente “família”, tendo a exceção da palavra “china”, que só é utilizada uma única vez. Da mesma forma, parece ter contribuído para a ausência feminina nessas fontes a omissão da etnia, mesmo que também tenha abrangido os homens. Esses fatores sozinhos ou acumulados podem ter ajudado no silenciamento da indígena e dificultam (confundem) as análises. Explorar outras formas em que as mulheres eram mencionadas nas fontes, possibilitou levantar algumas informações que, muitas vezes, passavam despercebidas. Como por exemplo, as mulheres de Pago de la Matansa que se organizaram para encaminhar um memorial ao Cabildo com as suas demandas.

Mas, afinal, o que essa documentação administrativa apresenta de diferente sobre a mulher indígena? O discurso acerca da mulher repete-se nas atas do cabildo, mesmo elas não sendo produzidas diretamente pelos jesuítas. A diferença está nos objetivos pretendidos pelos agentes coloniais que fez surgir uma série de questões não presentes em documentos inicianos. De forma geral, a mulher faz-se presente nas fontes quando está fora da lógica colonial, com a constante tentativa de colocá-las dentro dos limites pré estabelecidos pelos colonizadores.

Como a maioria dos trabalhos sobre mulheres indígenas concentram-se nas fontes jesuíticas, as análises e aproximações são difíceis e problemáticas. Existe pouca bibliografia que proporcione um bom suporte para uma adequada análise da mulher indígena no período colonial na região platina e, conseqüentemente, sobre ela fora de um contexto missionário. Este trabalho em sua proposta, analisou uma quantidade de documentos pequena, o tema mereceria outras análises com uma maior diversificação de fontes para um panorama mais satisfatório da região.

Referências

Fontes

AECBA: Acuerdos del Extinguido Cabildo de Buenos Aires Tomo IX (1745-1750), série II;
Acuerdos del Extinguido Cabildo de Buenos Aires Tomo I (1751-1755);série III
Acuerdos del Extinguido Cabildo de Buenos Aires Tomo II (1756-1762) série III.
Acuerdos del Extinguido Cabildo de Buenos Aires Tomo III (1762-1768) série III
Publicados bajo la dirección del Director del Archivo Nacional de la General de la
Nación, Augusto S. Mallié, 1931.

Bibliografía

ARGENTINA, ARCHIVO GENERAL DE LA NACION. Fondos Documentales del
Departamento Documentos escritos, Peródo Colonial/ Coordinado por Juan Pablo Zabala - 1º
ed. - Buenos Aires: Arquivo General de la Nación, 2011.

AGUILERA, Selina Gutiérrez. Conductas violentas, realidades cotidianas. Familia,
sociedad y convivencia en él Buenos Aires del siglo XVIII. in: *Procesos Históricos y Ciencias
Sociales*, 28, Julio-diciembre, 2015, p.76-91.ISSN 1690 4818.

BALTASAR, María Dolores Pérez. "Orígenes de los recogimientos de mujeres."
Cuadernos de historia moderna y contemporánea Ed. Universidad Complutense v.6 nº13.
1985. p.13-23.

BLANCO, Fernando Luis. La opacidad de lo transparente: crítica y reflexón sobre
fuentes em historia social. In; Messina, Rina (org). *Donde anida la memoria: reflexiones
acerca del uso de la fuentes em la investigación historica*. Córdoba: Ferreyra Editor, 2000.
p.137-157.

BOCCARA, Guillaume. Mundos nuevos en las fronteras del nuevo mundo In: *Nuevo
Mundo Mundos Nuevos* [Online], Debates, posto online no dia 08 Fevereiro 2005 (2001),
consultado o 09 Junho 2016. URL : <http://nuevomundo.revues.org/426> ; DOI :
10.4000/nuevomundo.426.

_____. Notas acerca de los dispositivos de poder en la sociedad colonial-fronteriza. La resistencia y la transculturación de Chile (XVI-XVIII). in: *Revista de Indias*, 1996, vol. LVI. m. 208. p.659-695.

BOUVIER, Virginia M. Alcances y límites de la historiografía: la mujer y conquista de América. In: *Historia de las Mujeres en América Latina*. Juan Andreo, Sara Beatriz Guardia (org.) Centro de estudios la mujer en la historia de América Latina, CEHMAL; MURCIA: Departamento de historia Moderna, Contemporánea y de América, Universidad de Murcia, España, 2002.

CLASTRES, Pierre. *A Sociedade contra o estado: pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

_____. *Arqueologia da Violência: pesquisas de antropologia política*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

DIEZ MARTIN, Maria Teresa. Perspectivas historiográficas: mujeres indias en la sociedad colonial hispanoamericana. In: *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie IV, Historia Moderna, t. 17, 2004, p. 215-253.

ESPADA LIMA, Henrique. *A micro-história italiana: escala, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

FRADKIN, Raúl O. GARAVAGLIA, Juan Carlos. *La Argentina Colonial: El Eio de la Plata entre los siglos XVI y XIX*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2009.

GARCIA, Elisa Frühauf, *As Diversas formas de ser índio: Políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

_____, “Ser índio” na fronteira: limites e possibilidades Rio da Prata c. 1750-1800 In: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En ligne], Débats, mis en ligne le 31 janeiro de 2011, consulta em 08 junho 2016. URL: <http://nuevomundo.revues.org/60732> ; DOI :10.4000/nuevomundo.60732.

GOMEZ, Elva Rivera. Los estudios de género y su relación con la historia. La historiografía reciente 1990-200. in: *Historia de las Mujeres en América Latina*. Juan Andreo, Sara Beatriz Guardia (org.) Centro de estudios la mujer en la historia de América Latina, CEHMAL; MURCIA: Departamento de historia Moderna, Contemporánea y de América, Universidad de Murcia, España, 2002.

GÓMEZ, Mariana Daniela. Bestias de carga, Amazonas y libertinas sexuales. Imágenes sobre las mujeres indígenas del gran chaco. in: SACCHI, Ângela; GRAMKOW, Márcia M.

(orgs.) *Gênero e povos indígenas*: coletânea de textos produzidos para “Fazendo o Gênero 9” e para a “27ª Reunião Brasileira de Antropologia”. Rio de Janeiro: Museu do Índio/GIZ/FUNAI, 2012. 28-49.

GUARDIA, Sara Beatriz. Un Acercamiento a la historia de las mujeres in: *Historia de las Mujeres en America Latina*. Juan Andreo, Sara Beatriz Guardia (org.) Centro de estudios la mujer en la historia de América Latina, CEHMAL; MURCIA: Departamento de historia Moderna, Contemporanea y de América, Universidad de Murcia, España, 2002.

GUTFRIEIND, Ieda. REICHEL, H J.; *As raízes históricas do Mercosul: a região Platina colonial*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1996.

HERNÁNDEZ, Isabel. *Los Indios de Argentina*. Madrid: Editorial Mapfre, 1992.

IMOLESI, María Elena. "El sistema misional en jaque: la reclusión femenina en las reducciones jesuíticas de guaraníes." *Anos 90* Porto Alegre, v.18.nº 34 dez. 2011. p.139-158.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. in: *A escrita da História: novas Perspectivas*. Peter Burke (org.) São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 133-161.

LOCKHART, James. SCHWARTZ, Stuart B. *A América Latina no período colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MANDRINI, Raúl. Indios y fronteras en el área pampeana (siglos XVI-XIX). Balance y perspectivas" en *Anuario IEHS*, 7, 1992.

MENDES, Isackson Luiz Cavilha. *As mulheres indígenas nos relatos jesuíticos da província do Paraguai (1609-1768)*. Dissertação. UFRGS, 2013.

MONTEIRO, John Manuel. Armas e Armadilhas: história e resistência dos índios. In: *A outra margem do Ocidente*. Adauto Novaes (org.) São Paulo: Companhia das letras, 1999.

NEUMANN, Eduardo. Fronteira e identidade: confrontos luso-guarani na Banda Oriental 1680-1757. in: *Revista Complutense de Historia de América*, 2000, 26: p.73-92.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul. In: *História das mulheres no Brasil*. Mary Del Priore (org.) São Paulo: Contexto, 2004. p. 278-321.

PETERSEN, Silvia R. Bárbara H. LOVATO. *Introdução ao estudo da história: temas e textos*. Porto Alegre: Edição do autor, 2013.

RAMINELLI, Ronald. Eva Tupinambá. In: *História das mulheres no Brasil*. Mary Del Priore (org.) São Paulo: Contexto, 2004. p.11-44.

REICHEL, Heloísa J. La Mujer Rioplatense en la visión de los viajeros: un sujeto de la historia. In: *Historia de las Mujeres en America Latina*. Juan Andreo, Sara Beatriz Guardia (org.) Centro de estudios la mujer en la historia de América Latina, CEHMAL; MURCIA:

Departamento de historia Moderna, Contemporanea y de América, Universidad de Murcia, España, 2002.

ROJAS, José Luis de. *La etnohistoria de américa: los indígenas, protagonistas de su historia*. Buenos Aires: SB, 2015.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, nº 16 (2),, julho/dezembro. 1990. p . 5-22.

_____. História das Mulheres. in: *A escrita da História: novas Perspectivas*. Peter Burke (org.) São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p.63-96.

VITAR, Beatriz. Algunas notas sobre la figura de los líderes chaqueños en las postrimerías del siglo XVIII. in: MANDRINI, Raúl J. PAZ, Carlos D (org) *Las fronteras hispanocriollas del mundo indígena latinoamericano en los siglos XVIII-XIX. Un estudio comparativo*. Tandil/IEHS, 2003.

_____. Hilar, teñir y tejer. El trabajo femenino en las misiones jesuíticas del Chaco (siglo XVIII) in: *Anuario de Estudios Americanos*, 72,2 Sevilla, Julio-diciembre, 2015, 661-692.

_____. Las mujeres chaqueñas en las reducciones fronterizas del Tucumán: entre la tradición y el cambio (siglo XVIII) in: *Anuario IEHS: Instituto de Estudios histórico sociales*, n. 16, p. 223-244, 2001.

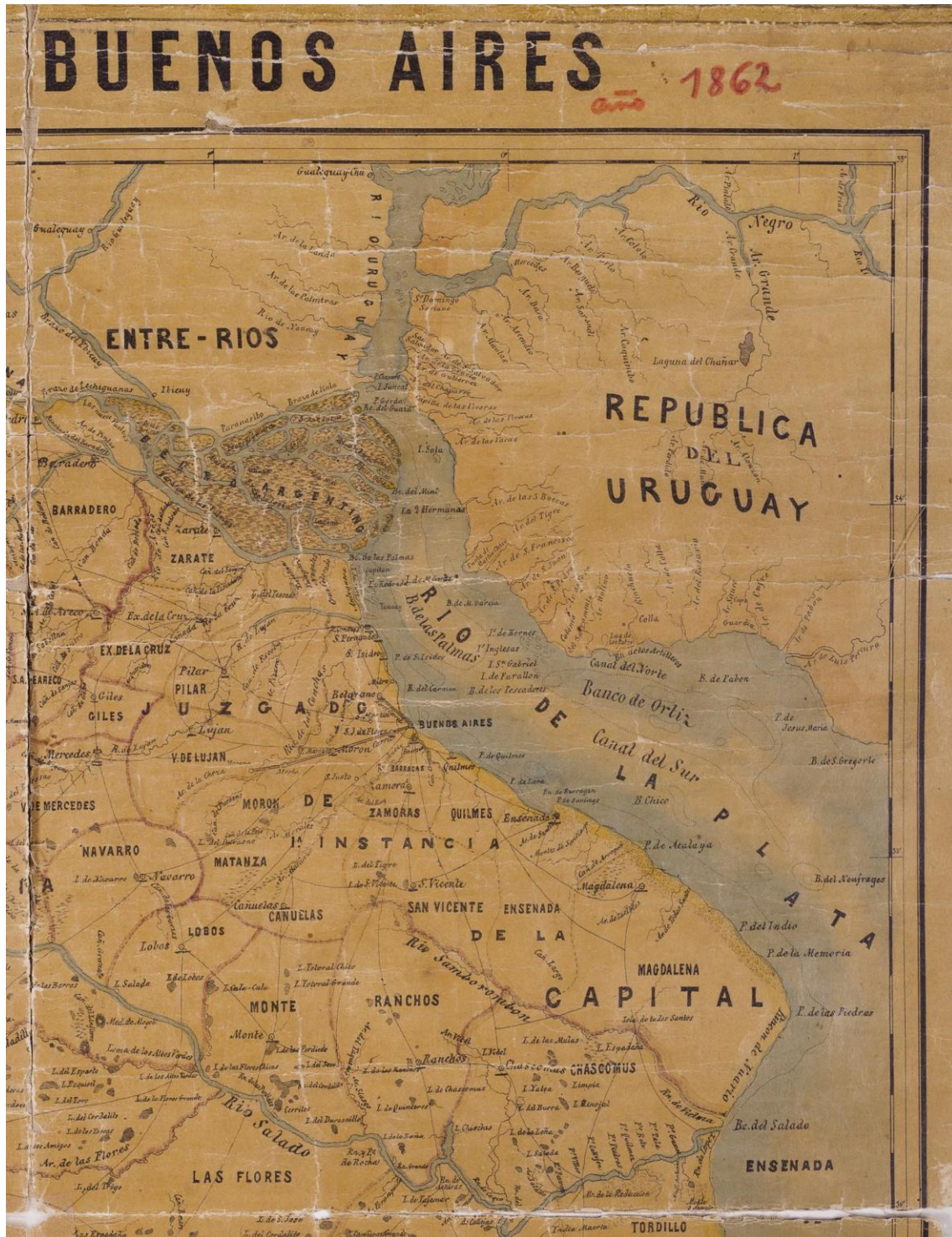
WILDE, Guillermo. Orden y ambigüedad en la formación territorial del río de la Plata a fines del siglo XVIII. in: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 9, nº 19. p. 105-135, julho de 2003.

ANEXO I



Principais etnias durante o domínio espanhol/Retirado: HERNÁNDEZ, Isabel. *Los Indios de Argentina*. Madrid: Editorial Mapfre, 1992. p. 154.

ANEXO II



Provincia de Buenos Aires [material cartográfico] / esta carta ha sido delineada según los datos que existen en el Departamento Topográfico de la Provincia por el Sr. Coronel Arenales antiguo jefe de dicho Departamento. Es aumentada en la parte topográfica, itineraria y de la división administrativa por el ingeniero Nicolás Grondona. (Parte 2 de 4) **Autor** : Álvarez de Arenales, José I. (José Ildefonso), 1798-1862 Grondona, Nicolás 1826-1879 Retirado: <http://trapalanda.bn.gov.ar:8080/jspui/handle/123456789/13727#prettyPhoto>

